

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIANO CAMARGO DA SILVA

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA SÍNTESE DO DEBATE NA
LITERATURA NACIONAL

CURITIBA
2014

FABIANO CAMARGO DA SILVA

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA SÍNTESE DO DEBATE NA
LITERATURA NACIONAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado.

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANO CAMARGO DA SILVA

**“DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA SÍNTESE DO DEBATE NA
LITERATURA NACIONAL”**

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
(Orientador / UFPR)

Prof. Dr. Marcos Wagner
(Examinador/ UFPR)

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
(Examinador/ UFPR)

12 de novembro de 2014

Para Anna *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Beto e Rosi, por todo incentivo, apoio, esforço e dedicação despendida em minha formação, pessoas especiais que sempre foram e continuarão sendo meus exemplos de vida, sem a ajuda dos quais não estaria concluindo esta importante etapa da minha vida.

À Jordane, por todo apoio, carinho, amor e paciência durante todo o período de realização do mestrado, sua presença e companheirismo foram fundamentais nos momentos mais difíceis.

A minha irmã Ester e meu cunhado Leandro, pelo apoio, incentivo, amizade e companheirismo em todos os momentos.

Aos meus tios e primos: Tere, Salete, Maria, Marcos, Fernanda, Marina, Cesar, Salete, Gerson, Juliana e Paulo, pelo apoio, companheirismo e pela convivência agradável.

Aos amigos de trabalho no DIEESE, Sandro, Rosângela, André, Adélia, Jaqueline, Marquinhos e Cid, por toda a ajuda e compreensão.

Aos colegas de mestrado por tornarem as aulas mais alegres e descontraídas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Curado pela disponibilidade, atenção, dedicação e paciência que contribuíram e muito para a orientação e a realização deste trabalho. Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa, em especial ao José Guilherme e ao Marcos Wagner, pelas importantes contribuições realizadas para o desenvolvimento e elaboração desta dissertação. Gostaria também de agradecer a Áurea pelo auxílio e paciência nos assuntos acadêmicos e administrativos.

Ao Alex pela ajuda na elaboração de gráficos e pela revisão ortográfica do trabalho.

“O segredo da existência humana reside não só em viver, mas em saber para que se vive”.

Dostoievski

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma síntese teórica a respeito do debate travado sobre a tese da desindustrialização no Brasil. Para alcançar tal finalidade será abordado inicialmente o processo de desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos que levou estas nações a se desindustrializarem de modo natural. Posteriormente, será realizada avaliação das publicações mais relevantes no país que tratam como tema central a desindustrialização no período de 2002 a 2014. Deste modo, discorreremos sobre as posições, argumentações e causas elencadas pelos teóricos, que nos permitem classificá-los em três grupos diferentes em relação à tese da desindustrialização no Brasil: favoráveis à tese da desindustrialização; contrários à tese da desindustrialização; e por fim, aqueles que mesmo sendo contrários a existência de tal fenômeno, argumentam que veem com preocupação a possibilidade da deflagração de tal processo no futuro.

Palavras chave: Desindustrialização; doença holandesa; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This present study have the objective of make a theoretical synthesis about the debate involving the thesis of Brazil's deindustrialization process. To reach this objective will be initially presented the development process of the developed countries which naturally led this nations to the deindustrialization. Later will be carried out an evaluation of the most relevant publications in Brazil that deal with the deindustrialization theme from 2002 until 2014. Thus, we will discuss about the positions, argumentations and causes choosen by the theoreticals, which will allow us classify then in three different related groups about the brazilian deindustrialization thesis: the ones that agrees with the thesis; the ones against the thesis; and at last, the ones that even being against the existance of such phenomenon, argue that sees with preoccupation the possibility of this process will going to happen in the future.

Keywords: Deindustrialization; dutch disease; economic development.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SOBRE O TOTAL DO EMPREGO, BRASIL - 1985/2013 (%)....	17
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB, BRASIL - 1947/2013 (%).....	19
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, BRASIL - 2003/2013 (%)	20
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, BRASIL - 2003/2013 (%).....	20
GRÁFICO 5 - EXPORTAÇÕES POR VALOR AGREGADO, BRASIL - 1964/2013 (%)	24
GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES, POR SETORES INDUSTRIAIS E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA, BRASIL - 1996/2013.....	26
GRÁFICO 7 - IMPORTAÇÕES, POR SETORES INDUSTRIAIS E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA, BRASIL - 1996/2013.....	27

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E NO TOTAL DA ECONOMIA, BRASIL - 1985/2013	18
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL, BRASIL - 1950/2013 (%)	22
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL, BRASIL - 1950/2013 (%)	23
TABELA 4 - IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO – 1989/2009 (%)	25

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ANÁLISE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DIVERSOS PERÍODOS, AUTORES SELECIONADOS, BRASIL - 2002/2014.....	61
--	----

LISTA DE SIGLAS

BACEN	– Banco Central do Brasil
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FIESP	– Federação das Indústrias do Estado São Paulo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE- FGV	– Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IEDI	– Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	– Ministério da Fazenda
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
PIM	– Pesquisa Industrial Mensal
PMC	– Pesquisa Mensal do Comércio
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SECEX	– Secretaria de Comércio Exterior
RFB	– Receita Federal do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INDICADORES ECONÔMICOS E SETORIAIS SELECIONADOS	16
3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO	28
3.1 CAUSAS ORIGINAIS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	34
4. DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	35
4.1 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS	37
4.1.1 Favoráveis à tese da desindustrialização.....	38
4.1.2 Contrários à tese da desindustrialização.....	52
4.1.3 Contrários à tese da desindustrialização, porém, observam com preocupação a possibilidade de deflagração de tal processo.....	55
4.2 AS TRÊS LINHAS DE PESQUISA SOBRE A TESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO	62
4.2.1 Favorável à tese da existência da desindustrialização	62
4.2.2 Contrária à tese da existência da desindustrialização.....	66
4.1.3 Contrários à tese da desindustrialização, porém, observam com preocupação a possibilidade de deflagração de tal processo.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico histórico das nações leva naturalmente à industrialização dos países, após o atingimento dos níveis mais avançados tecnologicamente da estrutura industrial somado ao acompanhado do alcance de elevados níveis de renda per capita. Neste estágio do processo de desenvolvimento, os países passam a se desindustrializar. Este fenômeno se manifesta nas nações desenvolvidas com a redução da participação da indústria no PIB e também no emprego, em função da elasticidade renda da demanda e da produtividade do trabalho. Neste caso, o avanço do setor de serviços recebe alocação de recursos que antes estavam empregados na indústria; No entanto, isso não gera desemprego, pois novos postos de trabalho são gerados, não acarretando a perda de competitividade da indústria. Desta forma, este processo é visto como sendo natural e de sucesso econômico, portanto, não sendo um caso patológico.

Nas últimas décadas tem se observado na economia brasileira uma trajetória constante de queda da participação da indústria de transformação tanto no PIB quanto no total do emprego. Além disso, no período mais recentemente verifica-se o avanço da participação das *commodities* sobre o total exportado, bem como o crescimento das importações de bens manufaturados pelo país.

A combinação entre estes fatores tem provocado o aumento da preocupação por parte dos estudiosos, bem como o acirramento dos debates em torno de um possível processo de desindustrialização em curso no Brasil, que tem sido um dos temas mais abordados e dissecados, não somente no meio acadêmico, mas também nos meios de comunicação, entre instituições, analistas, formadores de opinião, entre outros, chegando ao dia a dia da população brasileira. Apesar de o tema, há alguns anos, ser tratado exaustivamente por estudiosos, as controvérsias acerca da existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil ainda não foram dirimidas, logo, não existindo um consenso teórico a respeito do tema.

Desta forma, vamos realizar neste estudo o exercício teórico de sintetizar as principais contribuições a respeito do debate da desindustrialização no Brasil.

Cientes do espaço disponível para este trabalho, que não comporta a tarefa de analisar toda a publicação existente, buscaremos a delimitação de um universo amostral de pesquisa. Para atingir tal objetivo nos utilizaremos das publicações mais relevantes que tratam a desindustrialização como tema central no período de 2002 a 2014. Contudo, sabendo da subjetividade existente por trás do conceito de relevância, aplicaremos metodologia que adotará como referência três critérios que nos auxiliarão na árdua tarefa de selecionar os principais trabalhos.

No intuito de restringir o objeto de estudo partimos do pressuposto de consultar as publicações mais relevantes na área de economia e que abordam como tema central a desindustrialização. A priori, o termo “relevantes” parece ser subjetivo e carente de definições mais robustas. Desta feita, elencaremos os critérios da metodologia que consideramos para buscar as principais publicações existentes que tem como tema central a desindustrialização, conforme segue:

i: Artigos publicados nas principais revistas acadêmicas da área de economia. Para esta finalidade, utilizaremos como referência a classificação do sistema de avaliação de periódicos da Qualis, mantido pela Capes. Desta forma, foram selecionadas todas as revistas brasileiras da área de economia que possuem classificação “B1” e “B2”. Cabe ressaltar que a classificação realizada pela Qualis varia conforme a ordem de qualidade do periódico, com o intervalo de estratos, sendo de “A1” até “C”. Na área de economia não existem revistas nacionais que estejam classificadas acima do estrato selecionado por este estudo.

ii) Artigos, estudos, notas técnicas, textos de discussão elaborados por órgãos, entidades, institutos, departamentos relevantes e de reconhecido conhecimento técnico na área econômica.

iii) Além dos dois critérios citados acima, empregaremos um terceiro, que ao nosso ver não perde o conceito delineado da relevância. Nesta terceira classificação estarão compreendidos estudos que não atendem aos dois critérios anteriores, mas que se constituem em importantes contribuições dadas para o debate teórico a respeito da desindustrialização, pois são publicações que estão entre as principais

referências para o estudo deste fenômeno, estando entre as mais citadas em diversos artigos e pesquisas bibliográficas.

Em torno deste debate já foram elaboradas diversas teses, que divergem quanto à existência ou não de um processo de desindustrialização, período de referência da análise, causas, consequências, dentre outras questões. Desta forma, para a finalidade da presente pesquisa, destacaremos três grandes campos teóricos onde se encontram os principais estudos realizados sobre esta temática. Nas duas primeiras vertentes estão classificados os teóricos das correntes comumente abordadas nos estudos do tema da desindustrialização, sendo que na primeira vertente, estão localizados os autores que preconizam que a economia brasileira vem passando por um processo de desindustrialização nas últimas décadas; do outro lado, estão os teóricos que argumentam que não está em curso no país um processo de desindustrialização. Porém, existe ainda uma terceira vertente pouco destacada nos estudos, a qual argumenta que não está em curso um processo de desindustrialização no Brasil, porém, a possibilidade da existência de tal processo deve ser observada com cautela.

Entre os teóricos que argumentam que há em curso um processo de desindustrialização no Brasil, há indicação de que este fenômeno estaria ocorrendo de modo precoce, ou seja, antes do atingimento dos níveis mais elevados de maturidade econômica, que seria verificado quando do desenvolvimento pleno dos setores mais avançados tecnologicamente do setor industrial acompanhado de elevados níveis de renda per capita da população. Para estes, o processo de desindustrialização dito precoce seria uma “patologia” e teria efeitos deletérios sobre a economia do país. Dentre as causas citadas para ocorrência deste processo estariam: a abertura econômica e financeira de forma abrupta; os juros elevados; o câmbio apreciado; e a valorização dos termos de trocas;

Por outro lado, existem os teóricos que argumentam que o cenário econômico observado no Brasil nas últimas décadas não foi prejudicial à indústria de transformação, consideram inclusive que a perda de participação da indústria no PIB é resultante de uma tendência internacional enfrentada por diversos países do mundo desde a década 1970, sendo que no caso brasileiro, o país teria se

“sobreindustrializado” durante o século passado. Logo, a queda ocorrida nas décadas seguintes deveria ser caracterizada como natural. Além disso, preconizam que o câmbio apreciado teria favorecido a indústria nacional ao favorecer a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados.

Por fim, existem ainda aqueles autores que mesmo sendo contrários a existência de um processo de desindustrialização no Brasil, não podem ser considerados como alinhados na segunda vertente, pois, mesmo não mensurando tal fenômeno através de análises empíricas ou de modelos econométricos, observam com preocupação a possibilidade da ocorrência de tal processo, pois traria impactos para a economia nacional e também para a estrutura industrial.

Devemos destacar que o intuito deste trabalho não é formular novos postulados teóricos sobre uma determinada área de pesquisa, mas sim estabelecer um levantamento teórico quantitativo e qualitativo a respeito de um debate que está em voga no Brasil há alguns anos, utilizando-se do método de pesquisa classificado como *survey*. Logo, a principal contribuição dada pelo estudo está em sintetizar de forma organizada o debate existente na literatura brasileira a cerca do tema da desindustrialização. Somos sabedores da existência de diversos estudos, artigos, apresentações, entre outros, que tratam do tema. Todavia, em função do espaço disponível para realização deste trabalho e devido ao objetivo estabelecido, procuramos delimitar a abrangência de pesquisa. Para esta finalidade empregamos alguns critérios metodológicos, os quais passarão a ser explicitados com maior detalhamento na sequência.

Desta forma, por fim, devemos advertir também das limitações imputadas a esta modalidade de levantamento teórico a ser realizada durante o desenvolvimento deste trabalho. Ressaltamos que não temos a pretensão de realizar a análise de todas as publicações existentes no Brasil que debatem o tema da desindustrialização. Procuraremos estudar e aprofundar, desta forma, as discussões em torno dos materiais que consideramos serem os de maior relevância conforme critérios delineados. Conseqüentemente, consideramos que o presente estudo poderá servir como um importante manual de referência para aqueles que estudam ou que pretendem estudar a desindustrialização no Brasil, sendo um material que

sintetiza de forma organizada as publicações dos principais teóricos, abordando suas explicações, argumentações e ponderações de forma clara, objetiva e didática, sem perder, no entanto, em nenhum momento a essência das principais teses defendidas pelos autores analisados.

Além desta introdução, o trabalho terá mais quatro capítulos. No capítulo 2 serão apresentados indicadores econômicos e setoriais que servirão de subsídio ao desenvolvimento do presente trabalho. No capítulo 3 abordaremos o processo de desindustrialização nos países desenvolvidos bem como as causas de tal processo. No capítulo 4 será realizada extensa análise das publicações mais relevantes sobre a desindustrialização no Brasil no período de 2002 a 2014, verificando posicionamentos teóricos, apontamentos, e argumentações sobre a tese em questão. Por fim, no capítulo 5 serão apresentadas as considerações finais deste estudo.

2 INDICADORES ECONÔMICOS E SETORIAIS SELECIONADOS

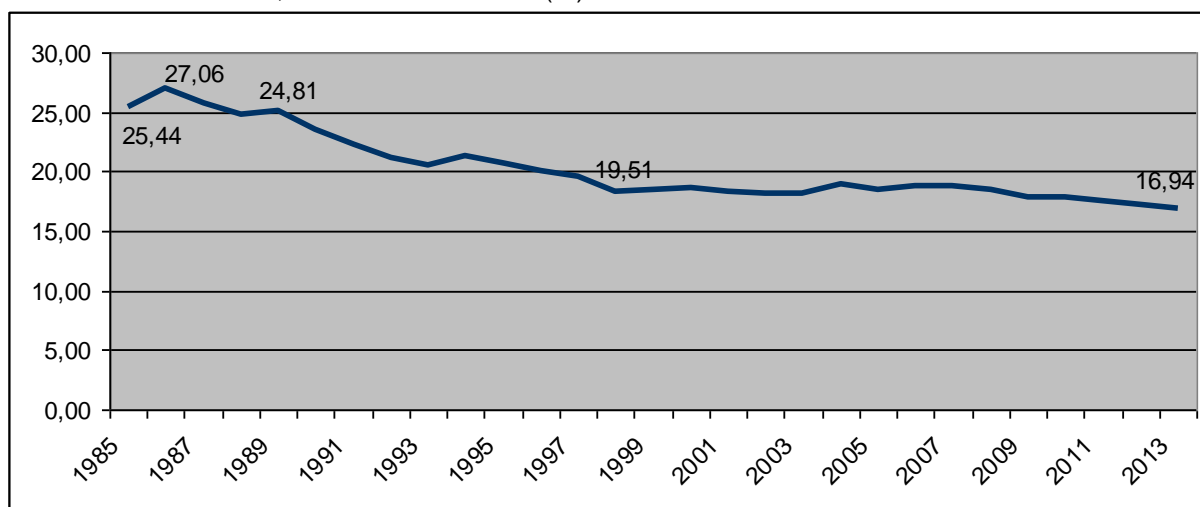
Neste tópico analisaremos indicadores econômicos selecionados e também do setor industrial. Tais informações serão úteis para subsidiar o desenvolvimento do presente estudo, bem como para apontar indícios a cerca da existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil.

Inicialmente analisaremos a evolução do emprego formal no setor de atividade econômica da indústria de transformação e também sua participação sobre o total do emprego no Brasil, realizando comparativo entre as duas variáveis. O período compreendido para esta finalidade será de 1985 a 2013, intervalo de referência no qual existem dados disponíveis da RAIS, fonte de dados elaborada pelo MTE. A RAIS, criada em meados da década de 1980, tem por objetivo controlar a atividade trabalhista no país, constituindo-se, além disso, em uma importante fonte de dados e ainda representa um destacado instrumento de subsídio para constituição de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A RAIS é considerada como sendo um “Censo” do mercado de trabalho formal brasileiro, em

que são mensurados os trabalhadores celetistas e estatutários, sendo que as empresas são obrigadas a apresentar tal declaração.

Os dados tabulados pela RAIS do MTE, demonstram que a participação do emprego da indústria de transformação sobre o total do emprego no Brasil tem apresentado redução significativa desde 1985. Neste ano a participação foi de 25,44%, passando para 27,06% no ano seguinte (1986), todavia, desde então, ocorrem quedas constantes, caindo para abaixo de 25% a partir de 1990, ficando em patamares menores do que os 20% desde 1997. Já nos anos seguintes tem permanecido em percentuais entre 17% e 18% ao ano e, por fim, em 2013 atinge participação de 16,94%, representando a menor participação desde o início da série histórica existente.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SOBRE O TOTAL DO EMPREGO, BRASIL - 1985/2013 (%)



Fonte: RAIS / MTE
Elaboração Própria

Os dados da RAIS demonstram a redução da participação do emprego industrial no país, decorrente do menor ritmo de avanço do emprego deste setor. Ou seja, o emprego na atividade manufatureira cresceu no período de referência, porém, em menor proporção do que o emprego total na economia brasileira. No período de 1985 a 2013, o emprego formal no Brasil teve aumento de quase 140%, saltando de 20,5 milhões para 48,9 milhões, enquanto que no setor de atividade econômica da indústria de transformação o crescimento do emprego formal

apresentou menor dinamismo, com elevação de apenas 59,05%, passando de 5,2 milhões para 8,3 milhões.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E NO TOTAL DA ECONOMIA, BRASIL - 1985/2013

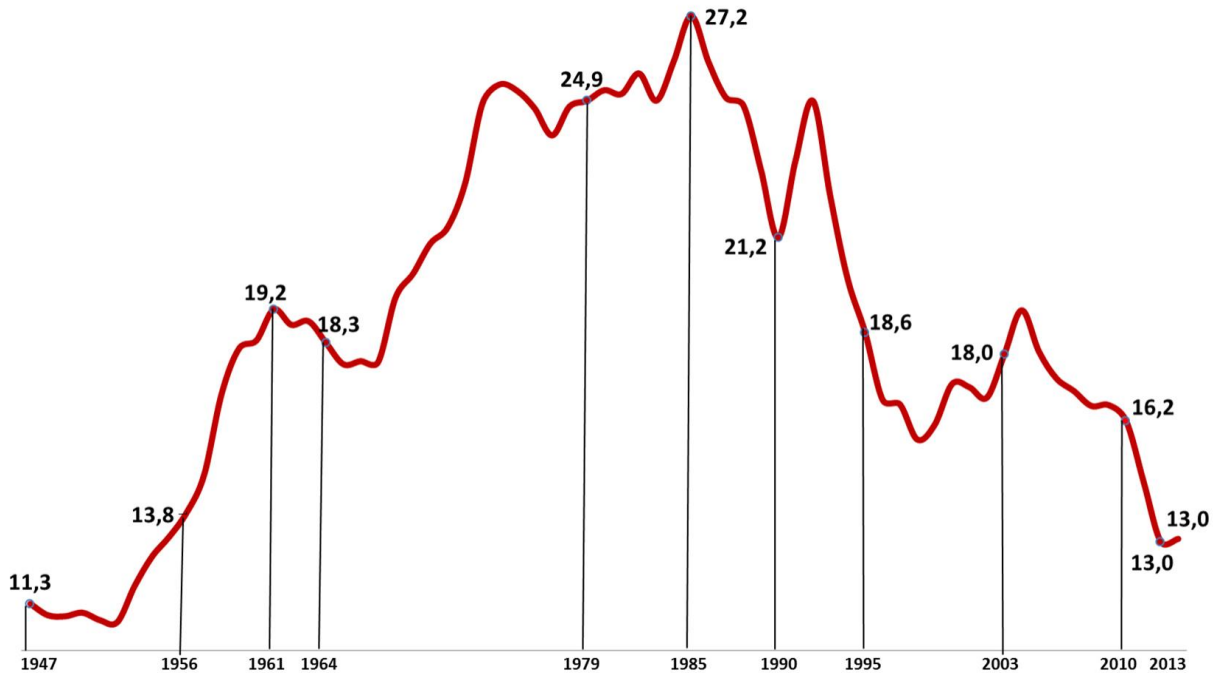
	BRASIL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1985	20.492.131	5.213.804
2013	48.948.433	8.292.739
Variação - 2013/1985		
Absoluta	28.456.302	3.078.935
Relativa	138,86	59,05

FONTE: RAIS / MTE

Elaboração Própria

A partir deste momento avaliaremos a evolução da participação da indústria de transformação brasileira no PIB no período de 1947 até 2013. No gráfico 2 podemos verificar dois momentos distintos na trajetória do setor industrial brasileiro nas últimas décadas. Do final da década de 1940 até meados da década de 1980, mais precisamente até o ano de 1985, a indústria apresentou taxas expressivas de crescimento, conseguindo por consequência aumentar sua participação no PIB. Por outro lado, a partir de 1986 até 2013 a participação da indústria no PIB brasileiro tem se retraído de modo significativo. No ano de 1947 a indústria representava 11,3% do PIB, nas décadas seguintes, demonstrando expansão e sua diversificação, elevou sua participação de maneira expressiva chegando ao patamar 27,2% no ano de 1985. No entanto, a partir de 1986, a indústria vem perdendo dinamismo na economia brasileira e consequentemente tem reduzindo sua participação no PIB. Nos últimos anos a participação tem caído de modo contínuo, sendo que em 2013 a participação chegou a apenas 13%, patamar semelhante ao verificado durante a década de 1950. Assim, podemos notar através dos dados obtidos junto ao IBGE a ascensão da indústria, representada no aumento da sua participação no PIB entre as décadas de 1950 e 1980, bem como posteriormente sua queda a partir de meados da década de 80, demonstrada pela redução da sua participação no PIB nacional.

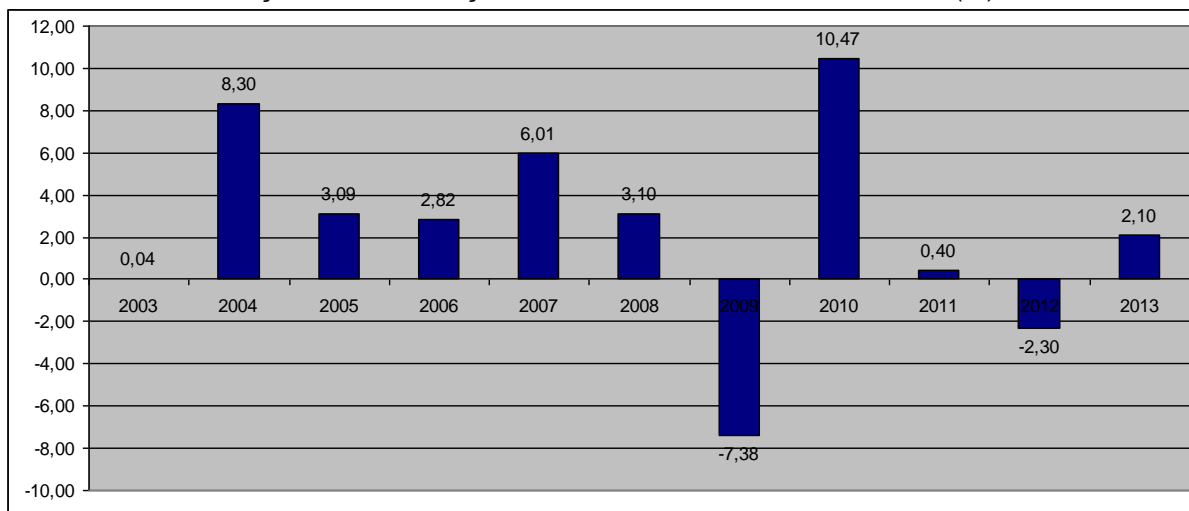
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB, BRASIL - 1947/2013 (%)



FONTE: IBGE, FIESP, metodologia Bonelli, Pessoa, 2010

Passaremos a analisar na sequência a trajetória da produção industrial brasileira no período de 2003 a 2013. Os indicadores apresentados no gráfico 3 nos permitem avaliar que o comportamento da produção da indústria tem sido oscilante nos últimos anos, em diversos anos apresentando taxas reduzidas de crescimento ou até mesmo quedas, mesmo em anos de expressivo crescimento econômico. No entanto, as quedas podem ter sido influenciadas por cenários econômicos adversos. Por outro lado, devemos destacar também o resultado expressivo obtido em 2010, quando a indústria avançou mais de 10%, todavia, quando observamos o acumulado do período mensurado o crescimento deste setor de atividade foi de apenas 26,62%.

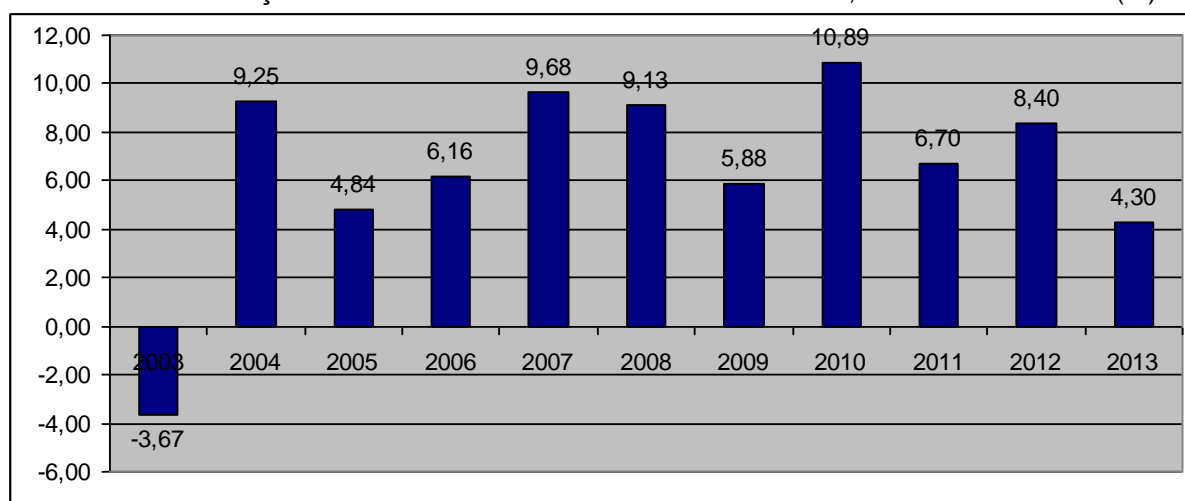
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, BRASIL - 2003/2013 (%)



Fonte: IBGE / PIM
Elaboração Própria

Os dados do gráfico 4 demonstram a trajetória das vendas do comércio brasileiro entre os anos de 2003 e 2013. Em praticamente todos os anos, exceção feita a 2003, as vendas do comércio apresentaram crescimento e em patamares significativos, demonstrando a pujança deste setor de atividade econômica, que alcançou em diversos anos taxas de crescimento próximas ou até mesmo acima de 10%. Devemos destacar que somente nos anos de 2005 e 2013, o ritmo de crescimento das vendas do comércio ficou abaixo do patamar de 5%. No acumulado de 2003 a 2013, as vendas deste importante setor de atividade econômica praticamente dobraram, com aumento de expressivos 98,58%.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, BRASIL - 2003/2013 (%)



Fonte: IBGE / PMC
Elaboração Própria.

Os indicadores referentes aos setores de atividade econômica da indústria e do comércio nos indicam que a produção industrial brasileira apresentou reduzido dinamismo no período analisado. Em contrapartida, as vendas do comércio demonstraram resultados expressivos entre 2003 e 2013, desta forma, existe um significativo distanciamento econômico entre estes dois setores de atividade, que nos permitem indicar a possibilidade de um “descolamento” entre ambos, em um cenário no qual as vendas do comércio estão sendo supridas através da importação de produtos estrangeiros, tendo como consequência a redução da demanda por produtos elaborados pela indústria nacional.

A tabela 2 apresenta a participação das exportações e importações brasileiras no comércio exterior entre 1950 e 2013. No início dos anos 50, a participação das exportações brasileiras sobre as exportações mundiais apresenta sua maior participação na série histórica, com percentuais acima de 2% nos anos de 1950, 1951, 1953 e 1954. Desde então a participação brasileira nas exportações mundiais se reduziu, com o país não conseguindo atingir mais o patamar alcançado durante a década de 1950. Nas últimas décadas até os dias atuais a participação tem oscilado em torno do percentual de 1%, chegando ao máximo de 1,47% em 1984. Já a partir de 2004, a participação das exportações brasileiras sobre o total das exportações mundiais tem permanecido acima de 1%, atingindo 1,43% em 2011. Por fim, no ano de 2013 as exportações do Brasil representaram apenas 1,32% das exportações mundiais.

Analisando as importações, constatamos que estas apresentaram maior representatividade sobre o total das importações mundiais durante a década de 1950, com percentuais acima de 2% nos anos de 1951 e 1952. Nas décadas seguintes passaram a cair de modo significativo, ficando em diversos anos abaixo de 1%, voltando a se acelerar em meados da década de 1970, chegando a 1,72% em 1974, caindo novamente, e passando a apresentar tendência de elevação entre os anos de 1995 e 1998, quando apresenta participação acima de 1% e também a partir de 2008, chegando em 2013 com representação de 1,32% do total das exportações globais.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL, BRASIL - 1950/2013 (%)

	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS / EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS / IMPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)
1950	2,37	1,68
1951	2,28	2,31
1952	1,90	2,33
1953	2,04	1,55
1954	2,01	1,87
1955	1,68	1,33
1956	1,57	1,11
1957	1,37	1,28
1958	1,29	1,28
1959	1,25	1,20
1960	1,11	1,16
1961	1,17	1,10
1962	0,97	1,05
1963	1,02	0,96
1964	0,93	0,74
1965	0,96	0,57
1966	0,95	0,72
1967	0,86	0,80
1968	0,83	0,89
1969	0,89	0,85
1970	0,91	0,89
1971	0,86	1,07
1972	1,00	1,18
1973	1,11	1,25
1974	0,96	1,72
1975	1,02	1,56
1976	1,06	1,40
1977	1,12	1,19
1978	1,01	1,17
1979	0,94	1,21
1980	1,04	1,25
1981	1,21	1,21
1982	1,14	1,13
1983	1,26	0,93
1984	1,47	0,79
1985	1,37	0,74
1986	1,09	0,74
1987	1,09	0,67
1988	1,23	0,57
1989	1,15	0,65
1990	0,93	0,63
1991	0,92	0,63
1992	0,97	0,59
1993	1,05	0,71
1994	1,04	0,81
1995	0,93	1,02
1996	0,91	1,02
1997	0,98	1,10

continua

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL, BRASIL - 1950/2013 (%)

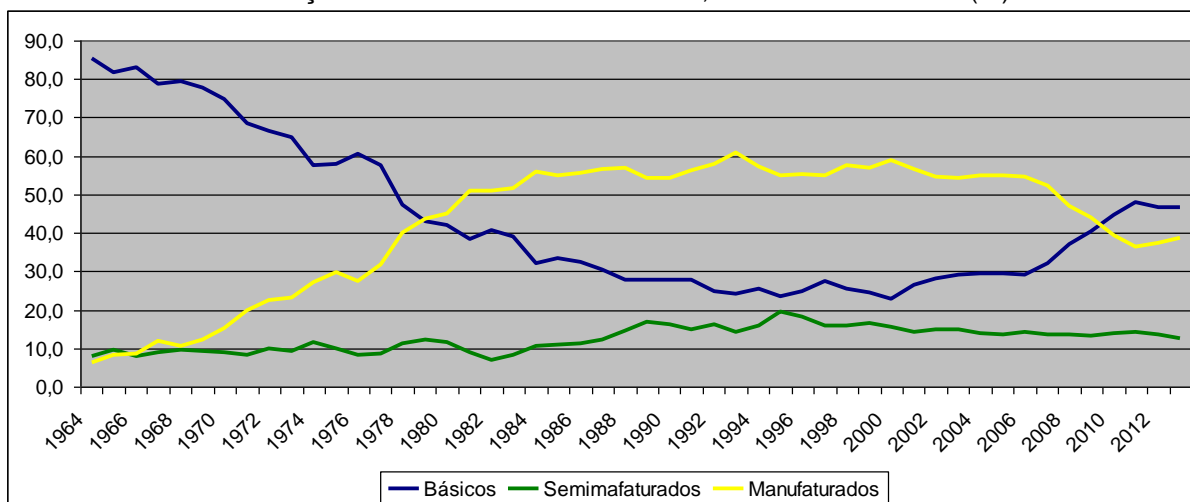
continuação e conclusão		
	Exportações brasileiras / Exportações mundiais (%)	Importações brasileiras / Importações mundiais (%)
1998	0,96	1,08
1999	0,86	0,88
2000	0,88	0,88
2001	0,97	0,90
2002	0,96	0,74
2003	0,99	0,65
2004	1,08	0,69
2005	1,16	0,71
2006	1,16	0,77
2007	1,17	0,88
2008	1,25	1,10
2009	1,25	1,05
2010	1,35	1,23
2011	1,43	1,28
2012	1,35	1,25
2013	1,32	1,33

Fonte: SECEX/MDIC e RFB/MF.

Elaboração própria

No gráfico 5 é possível visualizar a evolução das exportações brasileiras por fator agregado entre 1964 e 2013. No período de 1964 até 1978 os produtos básicos detinham a maior parcela sobre as exportações do país, todavia, apresentando constante queda na participação, passando de 85,4% para 47,2% do total exportado. Já a participação dos semifaturados pouco se altera, saindo de 8% para 11,2%. Por outro lado, durante este mesmo período a participação dos manufaturados cresce de modo significativo, passando de 6,2% para 40,2% do total. A partir de 1979, a participação dos manufaturados ultrapassa a dos básicos, atingindo “picos” em 1993 e também em 2000, quando a participação chega a 60,8% e 59% do total respectivamente, passando a cair desde então, chegando a 39,4% em 2010, quando é ultrapassado pelos básicos, que passam a representar 44,6% do total, tendência que permanece até 2013, quando os básicos alcançam quase metade do total (46,7%) e os manufaturados ficam com 38,7%. Durante este período, a participação dos semifaturados cresce na década de 1990, chegando a quase 20% em 1995, no entanto, reduzindo-se nos anos seguintes, finalizando 2013 com 12,6%.

GRÁFICO 5 - EXPORTAÇÕES POR VALOR AGREGADO, BRASIL - 1964/2013 (%)



Fonte: Secex / MDIC
Elaboração Própria

Os dados referentes à composição das exportações brasileiras nos permitem avaliar que os produtos manufaturados passaram a ganhar importância na pauta exportadora nacional durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, passando a perder espaço para os básicos desde o início dos anos 2000.

Observa-se forte avanço das exportações de produtos básicos no Brasil nos últimos anos, por outro lado, quando analisamos as importações nacionais, notamos o crescimento da participação dos produtos manufaturados em sua composição. Por meio da tabela 3, verifica-se a trajetória das importações brasileiras por fator agregado de 1989 a 2009. Com estas informações disponíveis, podemos destacar que neste período a participação dos manufaturados sempre foi superior aos demais segmentos, todavia, cresce de modo significativo, saltando de 58,4% para 81,29%. Os dados nos permitem verificar que entre os anos de 1998 a 2001 a participação dos manufaturados nas importações chegou a mais de 84% do total. Em contrapartida a participação dos produtos básicos e também dos produtos semifaturados apresenta redução na participação sobre o total, os básicos que representavam 34,96% do total em 1989 passaram para 14,71% sobre o total em 2009, já os semifaturados caem de 6,21% para exatos 4%.

TABELA 4 - IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO – 1989/2009 (%)

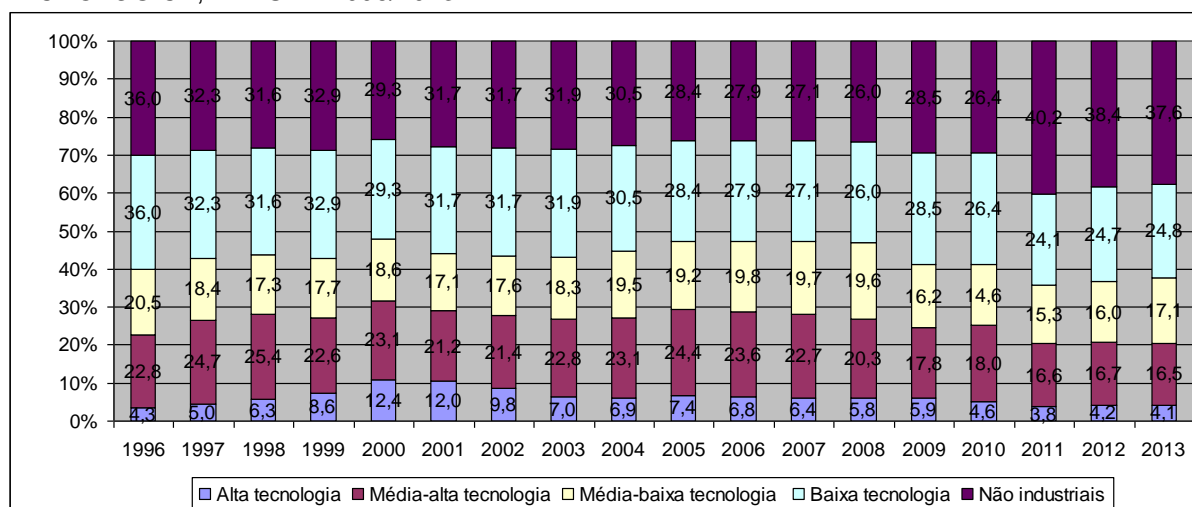
	Produtos Básicos	Produtos Semifaturados	Produtos Manufaturados
1989	34,96	6,21	58,84
1990	35,01	4,41	60,57
1991	31,54	4,73	63,74
1992	29,32	4,97	65,71
1993	22,80	4,41	72,79
1994	20,44	3,91	75,65
1995	16,23	3,49	80,28
1996	17,80	3,09	79,11
1997	14,34	2,88	82,78
1998	12,76	2,96	84,28
1999	12,39	3,17	84,45
2000	13,24	3,76	83,00
2001	12,57	3,41	84,03
2002	15,24	3,56	81,19
2003	17,81	3,99	78,20
2004	19,57	4,49	75,94
2005	18,58	4,31	77,11
2006	18,79	4,71	76,50
2007	18,05	4,69	77,26
2008	18,29	5,12	76,59
2009	14,71	4,00	81,29

Fonte: SECEX/MDIC e RFB/MF.

Elaboração própria

Verificamos anteriormente o expressivo crescimento da participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras. Para corroborar estas indicações, passamos a analisar na sequência as exportações brasileiras sob a ótica da intensidade tecnológica, procurando demonstrar sua trajetória nos últimos anos. O gráfico 6 apresenta a evolução das exportações brasileiras por intensidade tecnológica entre os anos de 1996 e 2013. Os dados analisados demonstram que neste período houve forte avanço dos produtos não industriais nas exportações, que saltaram de 16,4% para 37,6% do total, derrubando deste modo a participação dos demais segmentos.

GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES, POR SETORES INDUSTRIAIS E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA, BRASIL - 1996/2013



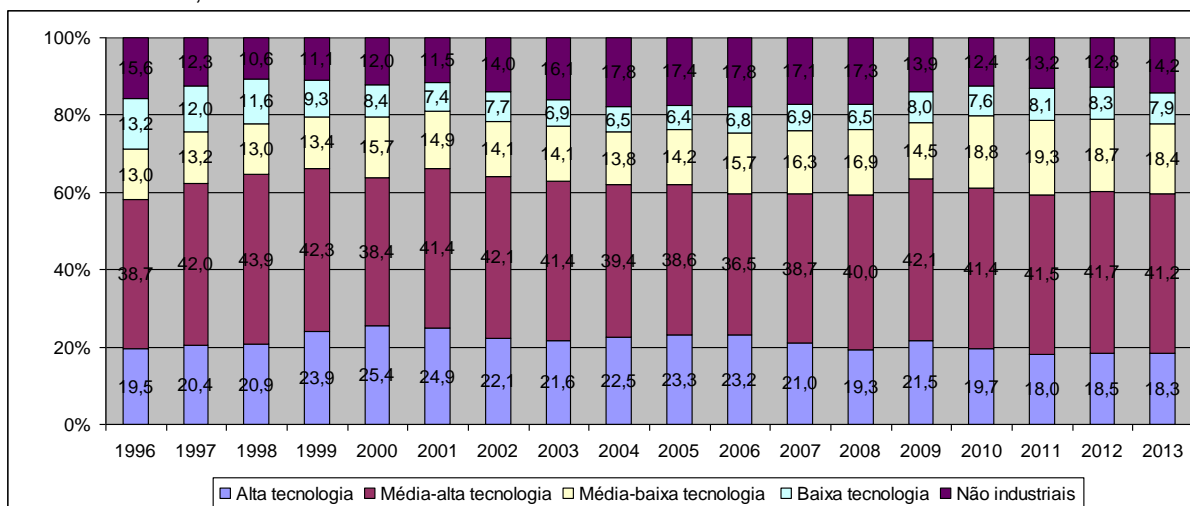
Fonte: Secex / MDIC
Elaboração Própria

Em 1996, os setores de média-alta tecnologia e alta tecnologia somados correspondiam a 27,1% do total exportado pelo país, caindo para 20,6% em 2013. Observa-se que durante o período analisado a participação destes dois segmentos chegou a atingir 35,5% do total das exportações no ano 2000, declinando deste então. Destaca-se ainda que em praticamente todo o período analisado a participação do segmento de alta tecnologia ficou abaixo dos 10%, exceção feita aos anos de 2000 e 2001, quando sua participação sobre o total atingiu 12,4% e 12% respectivamente. Por outro lado, a participação dos setores de média-baixa tecnologia e baixa tecnologia também tiveram redução na participação, passando de 56% para 41,3% do total.

No gráfico 7, é possível visualizar o comportamento das importações brasileiras por intensidade tecnológica entre 1996 e 2013. Os dados demonstram a elevada participação dos segmentos de alta tecnologia e média-alta tecnologia na composição das importações, respondendo por cerca de 60% do total durante todo período analisado, sendo que em diversos anos a participação chegou a 66% do total, com destaque para o segmento de média-alta tecnologia que permaneceu durante os anos mensurados com participação em torno de 40%. Os segmentos de média-baixa tecnologia e baixa tecnologia mantiveram sua participação entre os anos de 1996 e 2013, saindo de 26,2% para 26,3%, com avanço da participação de

média-baixa tecnologia. Por fim, o segmento de não industriais teve ligeira redução, saindo de 15,6% para 14,2%.

GRÁFICO 7 - IMPORTAÇÕES, POR SETORES INDUSTRIAIS E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA, BRASIL - 1996/2013



Fonte: Secex / MDIC

Elaboração Própria

Os dados econômicos e setoriais selecionados por este trabalho e que foram apresentados e explicitados acima, nos permitem indicar a existência de uma situação preocupante no setor industrial brasileiro. Vários indicadores analisados demonstram a ocorrência de perda substancial de dinamismo da indústria de transformação no Brasil, verificado não somente nos últimos anos, mas também no decorrer das últimas décadas, cenário este que pode resultar em impactos negativos sobre o potencial de crescimento de desenvolvimento de médio e longo prazo do país. Deste modo, nos capítulos seguintes passaremos a discorrer acerca da temática da desindustrialização de modo mais detalhado, realizando a verificação de tal processo nos países avançados da sociedade capitalista, para posteriormente analisar de modo quantitativo e qualitativo o debate teórico existente no país sobre a existência ou não de um processo de desindustrialização em curso no Brasil.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

No processo histórico de evolução das economias capitalistas avançadas, observam-se processos complexos com diversas especificidades. No entanto, podem-se verificar similitudes nas etapas pelas quais perpassam as nações para alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico. Anteriormente ao advento do florescimento da indústria, o setor agrícola era responsável pelo dinamismo econômico, determinando o nível de crescimento e por consequência também a geração de postos de trabalho. Nesta etapa os setores industrial e de serviços possuíam pouca representatividade na economia.

Posteriormente, com o avanço das técnicas de produção de manufaturas, durante o período que ficaria conhecido como a Primeira Revolução Industrial, a indústria ganha relevância tanto na geração de riquezas quanto na geração de postos de trabalho – mesmo processo, porém, em menor proporção ocorre no setor de serviços – em detrimento da agricultura. Esta etapa do processo de desenvolvimento econômico pode ser chamada de industrialização quando a indústria passa ter a maior participação na economia em termos de PIB e também de empregos.

Nesta etapa do desenvolvimento econômico, a agricultura contribui diretamente para o crescimento do setor industrial, inicialmente por meio da demanda por máquinas e equipamentos para produção agrícola, constituindo-se em importante mercado para os bens industriais. Posteriormente, com o avanço da mecanização no campo verifica-se o aumento expressivo da produtividade na produção. Conseqüentemente produtores menos produtivos e eficientes serão eliminados devido à maior utilização de máquinas, fruto de processo de aumento da produtividade do trabalho no campo, menor quantidade de trabalhadores serão necessários – mão de obra esta que é “liberada” para vender “livremente” sua força de trabalho nas cidades – para produção de alimentos.

Para que se mantenha como setor dinâmico e pujante da economia, a indústria precisa avançar de modo contínuo apresentando maiores taxas de crescimento e de produtividade, comparativamente aos demais setores de atividade econômica.

No início da industrialização se desenvolvem os setores mais básicos da indústria, que são os chamados de bens de consumo. Inicialmente se constitui o setor produtor de bens de consumo não duráveis, responsáveis pelo fornecimento de bens como alimentos, bebidas e também vestuário. Em uma segunda etapa ganham importância os bens de consumo duráveis, como, por exemplo: eletrodomésticos e automóveis. Em uma etapa mais avançada da economia, passam a determinar a dinâmica do processo de crescimento econômico os setores de produção mais avançados, sendo constituído pelo setor de bens de produção, classificados como de bens intermediários e de capital. No setor de bens intermediários são produzidos ferro, aço, cimento, petróleo, entre outros, já no setor de bens de capital são elaborados máquinas e equipamentos.

No estágio avançado de desenvolvimento econômico alcançado pelas economias capitalistas, classificado como o “nível de maturidade econômica”, a indústria se constitui em um setor diversificado, moderno, com expressiva participação sobre o total de empregos existentes na economia, onde o segmento de bens de capital possui extrema relevância. Nestas nações a participação da produção de máquinas, equipamentos e assemelhados situam-se entre 30% e 40% do total da produção da indústria de transformação. (CANO, 2012). Portanto, é consenso entre os pesquisadores que o estágio mais avançado do processo de industrialização se realiza com a constituição do setor de bens de produção, em especial dos bens de capital, que passam a responder por importante parcela dos resultados gerados na indústria de transformação.

Cabe destacar ainda que o processo de industrialização é extremamente difícil, exigindo esforços de grande monta para sua instalação e seu desenvolvimento, bem como para a sua consolidação como setor dinâmico dentro da economia. Neste aspecto, cabe destacar que o seu desenvolvimento sempre foi acompanhado pela participação estatal. Nesta perspectiva, teóricos destacam que

não há na história econômica nenhum país que alcançou os estágios mais avançados de industrialização sem a forte e ativa participação de seu Estado nacional (CANO, 2012).

Resultante do processo de desenvolvimento da indústria, diversos segmentos passam a ser estimulados, entre eles o de serviços. Desta forma, o crescimento e a consolidação do setor industrial se refletem diretamente sobre a demanda por serviços e por consequência em seu próprio crescimento, destacando-se neste sentido as seguintes modalidades: transportes, finanças, comércio, comunicação, entre outros.

O processo de desenvolvimento marcado pelo avanço da industrialização e conjuntamente pela urbanização contribui para a elevação do nível de renda da população, resultando em modificações expressivas nos padrões de consumo e de comportamento da sociedade, além disso, induz a alterações na estrutura das relações sociais vigentes. Fruto deste fenômeno, ocorre significativo avanço na demanda por serviços das mais diversas modalidades, sejam eles de saúde, educação, entre outros. Assim, Para Cano:

Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressiva as estruturas sociais e políticas do país. Ademais, também se alterarão e modernizarão hábitos e costumes da sociedade (2012, P. 1-2)

Após o atingimento dos níveis mais elevados de desenvolvimento do setor industrial, por meio da consolidação do setor de bens de capital, a atividade econômica de serviços passa a ganhar relevância do ponto de vista da geração de postos de trabalho, aumentando sua participação sobre o total de empregos existentes na economia, além disso, eleva sua influência para determinação do dinamismo do crescimento da economia, tendo a partir deste estágio a maior participação sobre o PIB entre os setores econômicos, por outro lado, conseqüentemente, assiste-se a redução da participação da indústria e da agricultura sobre o PIB e também sobre o emprego. Na literatura econômica, o processo histórico de avanço e posteriormente de queda de participação da indústria

no valor adicionado e também no emprego, foi descrito como tendo uma trajetória de “*U invertido*”, nestas condições a desindustrialização ocorreria de forma natural.

Este processo que a priori poderia ser visto como sendo um fenômeno prejudicial às economias, principalmente aquelas mais avançadas, que antes passaram pelo processo de desindustrialização, ou seja, com maiores impactos do ponto de vista da geração de riquezas e dos empregos não se concretizou. Analistas passaram a destacar este comportamento como sendo um processo natural, decorrente do processo natural de desenvolvimento econômico das nações desenvolvidas e do seu nível de maturidade econômica. No entanto, nas economias dos países em desenvolvimento o fenômeno é visto com preocupação e cautela pelos estudiosos.

Para darmos prosseguimento ao presente estudo, torna-se necessário conceituar, contextualizar e analisar o significado do termo “desindustrialização”, bem como delimitá-lo, para não confundi-lo com outras definições, e posteriormente, para verificar suas implicações sobre as diferentes nações. Apesar de ter se inserido recentemente nos debates tanto na academia quanto entre os formuladores de política econômica, sendo alvo de intensas discussões, ou mesmo chegando ao vocabulário do público em geral no Brasil, já estava presente nos debates realizados nos países desenvolvidos há algumas décadas.

A definição clássica acerca do conceito de desindustrialização foi cunhada por Rowthorn e Ramaswany (1999), para quem é a redução persistente da participação do emprego industrial em relação ao emprego total de economia de um país ou mesmo de uma região. Para tal finalidade os autores estudaram a trajetória do emprego industrial em 18¹ economias desenvolvidas, concluindo que essas nações sofreram quedas expressivas na participação do emprego industrial em relação ao emprego total da economia, passando de 28% em 1970 para 18% em 1994, resultando em um processo de desindustrialização.

¹ Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

No entanto, posteriormente a definição de desindustrialização foi estendida, passando a considerar uma forma mais ampla, que combinaria além da redução da participação do emprego industrial, também a queda da participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB (TRAGENA, 2009, apud OREIRO;FEIJÓ, 2010). Estes dois indicadores são os mais tradicionais utilizados na análise acerca do fenômeno da desindustrialização. Todavia, a análise a respeito do tema se expandiu passando a contemplar também outras variáveis como, por exemplo, a composição intrassetorial da indústria, a evolução da produtividade e a composição das exportações e importações. (SQUEFF, 2012).

Após a realização do exercício de definição conceitual da desindustrialização, é necessário realizar a classificação dos tipos existentes, bem como da sua definição teórica. Na literatura econômica existem várias classificações a respeito das modalidades de desindustrialização, todavia, utilizaremos os mais comuns:

- Desindustrialização “positiva” ou natural: este tipo de desindustrialização é decorrente do processo natural do processo de desenvolvimento econômico das nações, quando a economia do país já se encontra em seu ponto de “maturidade”. Este tipo se manifesta nas nações desenvolvidas com a redução da participação da indústria no PIB e também no emprego, em função da elasticidade renda da demanda e da produtividade do trabalho. Neste caso, o avanço do setor de serviços recebe a alocação de recursos que antes estavam empregados na indústria, mas isso não gera desemprego, pois, novos postos de trabalho são gerados e não ocorre a perda de competitividade da indústria. Desta forma, este processo é visto como sendo de sucesso econômico, portanto, não sendo um caso patológico.

- Desindustrialização “negativa” ou prematura: este tipo de desindustrialização é praticamente o caso inverso do anterior, ocorre quando a indústria passa a perder participação tanto no emprego total quanto no PIB, todavia, nesta hipótese a economia não avançou até atingir o chamado ponto de maturidade (com renda per capita elevada), de modo a desenvolver de forma plena o setor industrial criando uma estrutura moderna e diversificada. Este processo resultará em desemprego e ainda na não alocação de recursos em setores dinâmicos, que

poderiam ser substitutos da indústria de transformação, assim, impactando negativamente sobre o potencial de crescimento da economia.

- Desindustrialização precoce: este tipo de desindustrialização é verificado quando um processo de desindustrialização ocorre em conjunto com um processo considerado como de reprimarização da pauta de exportações do país, com o avanço de produtos primários, *commodities* e bens de baixo valor agregado e/ou baixo conteúdo tecnológico. Neste caso, pode estar se manifestando a chamada “doença holandesa”, quando o processo de desindustrialização está sendo desencadeado devido à apreciação real do câmbio em função da descoberta de recursos naturais escassos. Nesta hipótese, a desindustrialização é considerada como sendo negativa, classificada como uma falha de mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Assim, com o estabelecimento do conceito de desindustrialização, é necessário destacar que a mensuração da ocorrência de estagnação ou mesmo da queda na produção industrial, não indica que esteja ocorrendo à desindustrialização, esta só se efetiva com a perda de importância da indústria na geração de empregos e no valor adicionado em uma economia. Logo, de modo inverso, a elevação da produção não pode se constituir em um indicador para demonstrar a inexistência de desindustrialização. Assim:

A primeira observação importante a respeito do conceito ampliado de “desindustrialização” é que o mesmo é compatível com um crescimento (expressivo) da produção da indústria em termos físicos. Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. (OREIRO E FEIJÓ, 2010, p. 221).

Todavia, devemos abordar que o simples fato de um país concentrar recursos produtivos e também rendimentos da sua economia no setor terciário, não significa necessariamente que sua sociedade esteja em uma situação melhor do que uma nação essencialmente agrícola, embora tal fato possa ser uma realidade na maioria dos casos analisados das nações que passaram pelo processo natural de desindustrialização. Países localizados na América Central têm importante parcela

da sua renda nacional oriunda do setor de serviços, com destaque para o turismo, no entanto, não podem ser considerados como países avançados. Nas economias da Austrália, Canadá e Noruega, por exemplo, que são consideradas nações como sendo social e economicamente mais justas, igualitárias e também desenvolvidas, as atividades relacionadas ao setor primário são muito relevantes na participação das riquezas geradas na economia, com destaque para atividades como extração de petróleo, mineração e agricultura. (MORCEIRO, 2012).

3.1 CAUSAS ORIGINAIS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Em estudo elaborado durante a década de 1990, Rowthorn e Ramaswamy (1999) discorreram a respeito das causas do processo de desindustrialização, que seria decorrente de fatores internos e externos. Os fatores internos destacados pelos autores seriam: a alteração na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços, além do crescimento mais rápido da produtividade do trabalho na indústria do que no setor de serviços. Já os fatores externos do processo seriam: o grau de integração econômica e produtiva dos países inseridos no processo de globalização; e a divisão internacional do trabalho.

Desta forma, o processo de desenvolvimento econômico das nações ao longo do tempo, e com o atingimento de determinados níveis de renda *per capita*, provocaria um processo de desindustrialização, que poderia ser considerado como sendo um fenômeno natural. O processo de desenvolvimento econômico tende a elevar a elasticidade renda da demanda por serviços, ultrapassando a elasticidade renda da demanda por manufaturados, logo, mantido este cenário, resultará em queda da participação da indústria no PIB. Somando-se a isso, haveria ainda uma redução da participação do emprego industrial no total do emprego da economia, em função do crescimento da produtividade do trabalho na indústria de forma mais expressiva do que no setor de serviços.

4. DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Nos últimos anos a questão da desindustrialização tem sido um dos temas mais debatidos, não somente no meio acadêmico entre os economistas, mas também se tornou assunto nos meios de comunicação, entre instituições, analistas, formuladores de opinião, entre outros, chegando ao dia a dia da população brasileira de um modo geral. Apesar de o tema estar sendo tratado há algum tempo de forma exaustiva, as controvérsias acerca da existência ou não do processo de desindustrialização no Brasil ainda não foram dirimidas - com os estudiosos não chegando há um consenso teórico.

Para Oreiro e Feijó (2010), existem duas posições claramente distintas que analisam o tema. De um lado, estariam os chamados “novo-desenvolvimentistas”, estudiosos que defendem que há em curso no Brasil nos últimos 20 anos um processo de desindustrialização, provocado por fatores como: abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado. Do outro lado, estariam os chamados “economistas ortodoxos” que afirmam: não existiria um processo de desindustrialização no país, para tanto, argumentam que as transformações sofridas pela economia brasileira não surtiram efeito negativo sobre a indústria, deste modo, a apreciação do câmbio real favoreceria a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, o que resultaria em uma modernização da indústria nacional, bem como na sua expansão.

Apesar da dicotomia comumente empregada pelos autores de estabelecer a divisão entre heterodoxos e ortodoxos, ou seja, a classificação entre a aqueles que advogam a existência de um processo de desindustrialização no Brasil e aqueles que são contrários a existência de tal processo, devemos considerar que este debate é mais amplo. Assim, para melhor compreensão abordaremos alguns aspectos que avaliamos como relevantes para maiores esclarecimentos. Por exemplo, dentro os teóricos considerados como sendo heterodoxos não podemos afirmar categoricamente que existam somente pesquisadores alinhados na linha pensamento dita “novo desenvolvimentista”, se fizéssemos tal afirmação estaríamos

incorrendo em um erro técnico, pois, existe um amplo espectro de autores de diversas correntes teóricas no campo da teoria econômica que não podem receber tal rotulagem.

Além disso, quando da análise quantitativa dos artigos selecionados por este estudo, notamos que existe um autor que aparece em três publicações, que é Regis Bonelli, em artigo do ano de 2005 se posiciona de modo favorável a existência de um processo de desindustrialização no Brasil, no entanto, em artigos publicados posteriormente (Bonelli, Pessôa, 2010 e Bonelli, Pessôa e Matos, 2012), em conjunto com outros autores se posiciona de modo contrário a existência de um processo desindustrialização no Brasil, todavia, não podemos concluir que o mesmo autor possa ser classificado como sendo ortodoxo e também heterodoxo.

Por fim, devemos destacar que neste debate a respeito do fenômeno da desindustrialização existe ainda uma terceira vertente, onde se encontram as publicações que são contrárias a tese da existência da desindustrialização no Brasil devido a seus estudos não encontrarem evidências empíricas para tal confirmar a referida tese, mas que não podem ser considerados como sendo da corrente teórica ortodoxa.

Deste modo, para não incorrerem em argumentações limitadoras ou mesmo equivocadas, ao longo deste trabalho procuraremos não seguir a dicotomia da classificação teórica entre os teóricos ortodoxos e heterodoxos, para o desenvolvimento deste trabalho seguiremos a classificação baseada em três vertentes de pensamento teórico: i) favoráveis à tese da existência de um processo de desindustrialização no Brasil; ii) contrários à tese da existência de um processo de desindustrialização no Brasil; e iii) contrários à tese da existência de um processo de desindustrialização no Brasil, mas observam com preocupação a possibilidade da deflagração de tal processo.

Estabelecidas as linhas gerais que orientam os postulados das correntes teóricas analisadas no presente estudo, passaremos a verificar a seguir as principais publicações elaboradas nacionalmente a respeito da desindustrialização, sendo que nos últimos anos já foram produzidos diversos trabalhos importantes procurando

defender ou mesmo para contrapor a tese da existência da desindustrialização na economia brasileira. Na sequência será apresentada a metodologia (tendo como referência três critérios) utilizada para determinar o conceito da relevância delimitando, assim, delimitando a abrangência do presente estudo.

4.1 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

A principal contribuição dada pelo presente estudo está em sintetizar o debate existente na literatura brasileira a cerca do tema da desindustrialização, somos sabedores da existência de diversos estudos, artigos, apresentações, entre outros, que tratam do tema, todavia, em função do espaço disponível para realização deste trabalho procuramos delimitar a abrangência de pesquisa, para tal finalidade empregamos alguns critérios metodológicos, os quais passarão a ser apresentados e explicitados na sequência. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho será o método de pesquisa *survey*.

No intuito de restringir o objeto de estudo partimos do pressuposto de consultar as publicações mais relevantes na área de economia e que abordam como tema central a desindustrialização, a priori este termo “relevantes” parece ser subjetivo e carente de maiores definições, desta feita, elencaremos os critérios da metodologia que consideramos para buscar as principais publicações sobre desindustrialização, conforme segue:

i: Artigos publicados nas principais revistas acadêmicas da área de economia, para esta finalidade, utilizaremos como referência a classificação do sistema de avaliação de periódicos da Qualis mantido pela Capes. Desta forma, foram selecionadas todas as revistas brasileiras da área de economia que possuem classificação “B1” e “B2”, cabe ressaltar que a classificação realizada pela Qualis varia conforme a ordem de qualidade do periódico, com o intervalo de estratos sendo de “A1” até “C”, no caso da área de economia não existem revistas nacionais que estejam classificadas acima do estrato selecionado por este estudo.

Em nosso levantamento encontramos 17 revistas de economia dentro da classificação selecionada, no entanto, somente em cinco foram encontrados nove artigos que tratavam o tema da desindustrialização de forma central. As revistas utilizadas neste estudo foram: Revista de Economia Política (4), Economia e Sociedade (2), Estudos Econômicos (1), Análise Econômica (1) e Revista de Economia Aplicada (1).

ii) Artigos, estudos, notas técnicas, textos de discussão elaborados por órgãos, entidades, institutos relevantes e de reconhecido conhecimento técnico na área econômica, neste critério, selecionamos dez publicações, e teremos como referência entidades ligadas ao setor público, IPEA e BNDES (4), entidades ligadas a academia, IBRE-FGV (3), entidades ligadas ao setor industrial, IEDI (2), e por fim, entidades de assessoria técnica aos sindicatos de trabalhadores, DIEESE (1).

iii) Além dos dois critérios citados acima, empregaremos um terceiro, que a nosso ver não perde o conceito delineado da relevância. Nesta terceira classificação estarão compreendidos estudos que não atendem aos dois critérios anteriores, mas que se constituem em importantes contribuições dadas para o debate teórico a respeito da desindustrialização, pois, são publicações que estão entre as principais referências para o estudo deste fenômeno, estando entre as mais citadas em diversos artigos e pesquisas bibliográficas, sendo basicamente artigos apresentados em seminários (2), encontros acadêmicos (2) e artigo de jornal (1).

Estabelecido os critérios para consulta de publicações a serem utilizadas no presente estudo faremos uma rápida apresentação dos trabalhos, conforme os três critérios estabelecidos para o período de 2002 a 2014. Os trabalhos selecionados serão apresentados conforme dois critérios. Primeiramente será feita a divisão conforme o posicionamento teórico, e dentro dos grupos analisados será feita a classificação por ordem cronológica.

4.1.1 Favoráveis à tese da desindustrialização

Um dos primeiros trabalhos realizados para o estudo da problemática da desindustrialização na economia brasileira foi desenvolvido por Marquetti (2002). Para o economista, o país teria sofrido um processo de desindustrialização durante

as décadas de 1980 e 1990, com a queda da participação da indústria tanto sobre o emprego total como sobre o valor adicionado. Esse processo seria resultante do baixo nível de investimento realizado na economia brasileira no período, particularmente na indústria, decorrente das políticas macroeconômicas. Ainda segundo Marquetti (2002), o processo de desindustrialização verificado no país teria efeitos fundamentalmente negativos sobre as perspectivas de crescimento econômico de longo prazo, devido à transferência de recursos e de mão de obra da indústria para setores de atividade econômica de baixa produtividade do trabalho, tendo impactos negativos sobre a produtividade do trabalho, primeiramente reduzindo a produtividade agregada quando da transferência de trabalho para setores de menos produtividade e, segundo, diminuindo a capacidade da indústria de manter o crescimento da produtividade agregada do trabalho. Para tanto, para reverter este processo e elevar o crescimento seriam necessárias a adoção de políticas que estimulem os investimentos, destacadamente no setor industrial.

No estudo de Marquetti (2002), é possível visualizar o comportamento da indústria de transformação entre 1980 e 1998, bem como os efeitos negativos sofridos por esta, tanto na participação do valor adicionado quanto no total do pessoal ocupado na economia. No período analisado, a participação da indústria de transformação sobre o total do valor adicionado passa de 31,6% em 1985, para 19,1% em 1998, trajetória semelhante é verificada também em relação ao pessoal ocupado, que possuía participação de 15,5% sobre o total em 1980 e reduz para 12,4% em 1995.

Bonelli (2005) aponta a ocorrência de desindustrialização no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, mais claramente a partir do final da década de 1980. Partindo da análise das contas nacionais do Brasil do período de 1947 e 1995, demonstra a evolução da participação relativa dos setores de atividade econômica em relação ao PIB a custo de fatores. Entre 1947 e 1985, a participação da indústria no PIB salta de 25,2% para 42,3%, comportamento similar é observado em relação à indústria de transformação, que neste mesmo período passa de uma participação de 19,31% para 31,62%. No entanto, de 1985 até 1995, a trajetória de participação da indústria no PIB passa a se reduzir, com a participação relativa da indústria total caindo de 42,3% para 31,4%. Já na indústria de transformação a participação

decrece de 31,62% para 20,60%. O autor elenca uma série de mudanças para justificar a perda de peso relativo da indústria no PIB, entre as quais: aumento da competição interna e externa, causado pela abertura comercial e financeira; a privatização em determinados segmentos industriais; a introdução de novas técnicas de gerência da produção, modernização de práticas gerenciais; e a taxa de câmbio valorizada no período de 1995 a 1998.

Apesar dos argumentos e indicadores elencados, Bonelli (2005), destaca que não há a necessidade de adotar uma postura pessimista quando se analisa o longo prazo, para ele, o parque industrial brasileiro tem passado por um processo de modernização, atravessando com sucesso a abertura comercial, políticas macroeconômicas, além de cenários internos e externos muitas das vezes desfavoráveis, portanto, este segmento teria “desenvolvido musculatura” para enfrentar desafios. Além disso, no período analisado, Bonelli (2005), constata a geração de saldos positivos do setor industrial no comércio exterior, bem como o aumento dos investimentos estrangeiros no país. Por fim, enfatiza que são necessárias reformas e soluções, para resolver o problema da informalidade e também das questões relacionadas às contas e o endividamento do setor público.

Palma (2005) analisa o processo de desindustrialização em diversos países do mundo, utilizando para sua análise os conceitos de processos de desindustrialização do ponto de vista natural e também precoce. As nações desenvolvidas teriam enfrentado um processo natural de desindustrialização, com exceção da Holanda, que devido à descoberta de recursos naturais teria enfrentado um processo negativo de desindustrialização que ficaria conhecido na literatura econômica como a “doença holandesa”. Para o autor existiriam quatro fontes de desindustrialização: i) uma relação de “U invertido” entre o emprego industrial e a renda per capita; ii) uma relação em declínio entre a renda per capita e emprego industrial; iii) um declínio na renda per capita correspondendo ao ponto de virada da regressão; e iv) “doença holandesa”. Sendo que a quarta causa, será abordada e analisada de forma mais detalhada neste estudo, para Palma (2005), existiria uma nova configuração de doença holandesa que teria atingindo alguns países latinos americanos e que não seria decorrente da descoberta de recursos naturais.

Segundo Palma (2005), esta “nova” doença holandesa seria causada pela alteração na condução da política econômica, que anteriormente era baseada no modelo de substituição de importações, e que passou a ter uma nova orientação, que estabeleceu: drástica liberalização comercial e financeira, mudanças radicais institucionais, fim das políticas industriais e comerciais, apreciação cambial, levando os países latino americanos a uma posição ricardiana de ricos em recursos naturais, resultando na especialização produtiva em produtos intensivos em recursos naturais, influenciando diretamente sobre a perda de participação na indústria no PIB e no emprego total, que ainda seria acompanhada por fortes avanços nas exportações de produtos primários e déficits na balança comercial de manufaturados. Conseqüentemente, Palma (2005), indica que os países do cone sul da América Latina, incluindo o Brasil, enfrentam um processo de desindustrialização prematura que comprometeria de modo significativo o potencial de crescimento de longo prazo destes países.

Feijó, Carvalho e Almeida (2005), analisando diversos indicadores compreendidos no intervalo de 1948 a 2004, também apontam para ocorrência de desindustrialização no Brasil, afirmando que este processo teria ocorrido antes da abertura e da aplicação das políticas econômicas dos anos 90, para os autores, o processo seria resultante da crise inflacionária e das políticas de contenção adotadas para combater a hiperinflação nos anos 80, teria se prolongado durante os anos 90 (devido às políticas econômicas do período, que promoveram a abertura econômica e a sobrevalorização da moeda nacional) e só viria a ser estancado com a desvalorização do real em 1999. Os autores demonstram que o peso da indústria de transformação no PIB caiu de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998, embora reconheçam que a queda tenha sido relevante, argumentam que o setor demonstrou capacidade em manter uma estrutura diversificada, destacando que “mesmo tendo perdido segmentos e elos de cadeias decisivas para industrialização contemporânea, preservou setores de ponta tecnológica e capacidade de ampliar sua produtividade e capacidade exportadora” (FEIJÓ, CARVALHO E ALMEIDA, 2005, p.1-2).

Para os autores, o processo de desindustrialização brasileiro poderia ser classificado como sendo de caráter relativo, pois, não teria ocorrido uma perda

irreparável da estrutura industrial e em sua capacidade dinâmica. Desta maneira, o país teria mantido condições para se integrar no contexto internacional dos países de maior dinamismo que promovem a industrialização. Por fim, os autores enfatizam que para o Brasil ter uma trajetória de crescimento econômico acelerado, será necessário resgatar a indústria como indutora do crescimento econômico com vistas a uma “reindustrialização”.

Posteriormente, Feijó (2007) realizou atualização do estudo citado acima, demonstrando que o processo de desindustrialização havia se intensificado na economia brasileira durante os anos de 2005 e 2006, mesmo o Brasil possuindo um parque industrial amplo e diversificado. Entre as causas citadas como tendo influência sobre o processo estão: o cenário econômico macroeconômico adverso, de taxa de juros elevada e sobrevalorização cambial, que inibem a expansão dos investimentos e das exportações, reduzindo a produtividade da indústria nacional.

Feijó (2007) destaca que as alterações na estrutura produtiva decorrentes do processo de abertura econômica provocaram a concentração da produção em setores de atividade que possuem vantagens competitivas, majoritariamente os segmentos abundantes em recursos naturais, em prejuízo aos setores mais empregadores de mão de obra e de alta tecnologia, essa trajetória resulta na especialização da economia, tornando o país dependente das flutuações de preços no mercado internacional, impondo dificuldades para o comércio exterior brasileiro no longo prazo. A autora destaca ainda que, para colocar o país em uma trajetória de crescimento econômico seria necessário aumentar os investimentos, dando prioridade à inovação tecnológica que provocariam avanços no padrão de crescimento.

Bresser-Pereira (2008) analisa o processo de desindustrialização a partir da abordagem da “doença holandesa”, enfatizando o papel desempenhado pela taxa de câmbio, para o estudioso, na análise do processo histórico de evolução dos países, só existe a possibilidade de uma nação alcançar o desenvolvimento econômico, somente se possuir uma taxa de câmbio que seja competitiva e que estimule as exportações e os investimentos, com destaque especial para a indústria manufatureira, para tanto, cita como exemplo países como o Japão, Alemanha, Itália

e também os asiáticos mais recentemente. Bresser-Pereira (2008), classifica a “doença holandesa”, como a sobreapreciação relativamente permanente da taxa de câmbio decorrente do país possuir recursos naturais e abundantes (conceito restrito) ou mão de obra barata (conceito ampliado).

Em um cenário de “doença holandesa”, o setor intensivo em recursos naturais gera externalidades negativas sobre a economia, apreciando a taxa de câmbio, constituindo em uma grave falha de mercado, criando diferença entre a taxa de equilíbrio da conta corrente (taxa de mercado) e a taxa de câmbio que viabiliza os setores econômicos eficientes e tecnologicamente sofisticados, sendo mais apreciada do que aquela necessária para tornar estes setores competitivos. Havendo a apreciação da taxa de câmbio sem que se reduza o saldo da balança comercial estará havendo desindustrialização, além disso, as empresas exportadoras de bens industriais elevarão a participação do componente importado na sua produção, indicado uma trajetória de transformação da indústria manufatureira do país em uma indústria “maquila”.

A neutralização da doença holandesa deve ser realizada por meio da criação de um imposto sobre as vendas internas e também das exportações de *commodities*, todavia, destaca que os recursos gerados não devem ser internalizados (salvo em caso de utilização para estabilização dos preços das *commodities*), mas sim utilizados em um fundo financeiro internacional para não reapreciar a moeda local. Por fim, destaca a preocupação em relação à “doença holandesa”, seja ela restrita ou ampliada, para o autor: “é impossível, entretanto, ignorar os terríveis efeitos que sobre as economias dos países em desenvolvimento”. (Bresser-Pereira, 2008, p.33, tradução nossa)

Marconi e Barbi (2010), procurando analisar o fenômeno da desindustrialização no Brasil, analisaram as contas nacionais do período de 1947 até 2009, verificando o comportamento da participação relativa do valor adicionado da indústria sobre o PIB. Por meio destes dados, concluíram que no período compreendido entre 1947 e o início da década de 1970, a participação da indústria de transformação no PIB se eleva, saindo de 16% para cerca de 23% em 1973, a partir de então, sua participação cai de modo vertiginoso chegando a pouco mais

15% em 2009 – sendo inclusive menor do que a participação verificada em 1947 - o que caracterizaria um processo de desindustrialização no Brasil após 1970. Para tanto, Marconi e Barbi (2010), afirmaram que o processo de desindustrialização estaria diretamente ligado ao desempenho do comércio exterior, pois, mesmo com o avanço das exportações de todos os setores considerados, as importações dos bens de média-alta e alta complexidade tecnológica cresceram de modo expressivo, provocando déficits comerciais, que podem ter acarretado na redução da participação da indústria de transformação no PIB.

O desempenho verificado no comércio exterior teria sido influenciado diretamente pela taxa de câmbio apreciada do período, que pode ser resultante tanto de um processo de “doença holandesa”, quanto do aumento do fluxo de capitais no país. Consequentemente, preconiza-se que para o favorecimento do setor industrial, com a recuperação de sua participação no PIB, bem como para estimular o crescimento econômico, haveria a necessidade de uma taxa de câmbio competitiva.

Os autores destacam ainda, que a trajetória de queda de participação do setor industrial no PIB, se manifestou antes que o país alcançasse níveis elevados de renda per capita, os quais possibilitariam afirmar que estariam ocorrendo mudanças na composição da produção setorial devido à maior elasticidade-renda da demanda por serviços, logo, estaria em curso na economia brasileira um processo denominado de desindustrialização precoce.

Oreiro e Feijó (2010) elaboraram artigo com o intuito de realizar uma discussão teórica e conceitual a cerca do termo da desindustrialização, discorrendo sobre suas possíveis causas e consequências, tendo como foco o caso brasileiro, além disso, realizaram a diferenciação entre conceitos por trás dos termos desindustrialização, reprimarização da pauta de exportações e “doença holandesa”.

Os autores indicam que existem evidências conclusivas que apontam para a ocorrência de desindustrialização no período de 1986 a 1998, conforme estudos realizados. Os autores afirmam que para o período posterior é dificultosa a tarefa de analisar a ocorrência de um possível processo de desindustrialização, em função da

mudança metodológica na apuração das Contas Nacionais em 2007, somada a elevação significativa da participação da indústria de transformação no PIB a preços correntes no período de 1999 a 2004. Todavia, utilizando-se de indicadores de taxa de crescimento do PIB, taxa de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação, taxa real efetiva de câmbio e participação do valor adicionado da indústria de transformação, demonstram a perda de dinamismo da indústria de transformação em relação ao restante da economia brasileira, além da queda de participação do valor adicionado da indústria de transformação sobre o total. Assim, afirmam que existem poucas dúvidas a respeito da desindustrialização no Brasil mesmo após a mudança do regime cambial em 1999.

Oreiro e Feijó (2010) argumentam que através de estudos recentes que utilizam de dados da composição do saldo comercial e do valor adicionado da indústria, que o processo de desindustrialização em curso na economia brasileira não seria resultante do estágio natural de desenvolvimento da economia brasileira, mas sim decorrente de ocorrência de “doença holandesa”, “ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional” (Oreiro e Feijó, 2010, p.231).

Oreiro, *et al.* (2011), preconizam que o debate nacional a respeito da desindustrialização tem ficado mais concentrado majoritariamente nas causas do processo, e nas suas possíveis consequências no longo prazo, do que sobre a ocorrência histórica desse fenômeno. Desta forma, estariam em disputa duas teses, a primeira que sustenta que o processo de desindustrialização no Brasil é natural, sendo reflexo das políticas macroeconômicas adotadas nos últimos anos e a segunda que argumenta o processo de desindustrialização é similar ao verificado nas nações desenvolvidas, desta maneira, sendo um processo natural.

De modo a analisar a situação da indústria nacional, os autores, procuram diagnosticar a existência de um processo de desindustrialização na economia brasileira entre 1996 e 2008, através de uma abordagem econométrica. Destacam que não existem dúvidas que a economia brasileira esteja sofrendo um processo de desindustrialização, que já estaria ocorrendo desde o final da década de 1980. No

entanto, enfatizam que este processo não pode ser classificado como sendo de uma desindustrialização de caráter absoluto, devido à expansão do produto e do emprego industrial. Porém, há uma perda relativa de ambos na última década, de forma mais intensa no produto que no emprego.

Dieese (2011) analisa o conceito e a situação da desindustrialização no Brasil, bem como realiza comparativo com outros países que teriam passado por este processo. Utilizando-se do conceito ampliado de desindustrialização argumenta que o processo não é necessariamente prejudicial, pelo contrário, nos países avançados verificou-se nas últimas três décadas forte expansão do setor de serviços, com este passando a ser a atividade dinâmica da economia (gerando mais emprego e renda), apesar da manutenção ou mesmo crescimento do setor industrial, exigindo o uso intensivo de mão de obra e alto grau de especialização (empregos de qualidade). Assim, partindo desta perspectiva a desindustrialização não representaria maiores impactos para a sociedade, portanto, esta passagem da indústria para o setor de serviços seria fruto de um processo natural de sofisticação, sem que houvesse o seu empobrecimento.

Todavia, para a entidade existem situações em que o processo de desindustrialização resulta em redução do crescimento econômico do país ou mesmo, a diminuição da qualidade de vida da população. Os países onde a indústria de transformação ainda não atingiu os estágios mais avançados de produtividade e competitividade, compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente e a renda per capita ainda é baixa, podem sofrer com os impactos negativos deste processo sobre o valor agregado e do número de empregos gerados.

Segundo o Dieese (2011), os países que possuem renda per capita superiores a US\$ 30 mil, seriam aqueles que sofreram com processos de desindustrialização devido a própria dinâmica de suas economias. No caso brasileiro, a renda per capita era de apenas US\$ 9.455 e a indústria de transformação respondia por cerca de 15% de participação no PIB (tendo atingido teto de 27,2% durante a década de 1980, declinando deste então). Este cenário indicativo de desindustrialização precoce é extremamente perigoso, trazendo impactos negativos do ponto de vista da geração de empregos (qualidade e

quantidade), graves problemas nas contas externas, bem como o aumento da dependência perante aos mercados internacionais. As causas responsáveis pela desindustrialização seriam: excessiva valorização cambial; altas taxas de juros; estrutura tributária ineficiente; problemas de infraestrutura; excesso de burocracia; grande vantagem comparativa na produção de bens primários; acumulação insuficiente de poupança; e educação formal insuficiente e baixa qualificação da mão de obra.

Por fim, é enfatizada a necessidade de frear o processo de desindustrialização precoce para que o país enfrente retrocessos do ponto vista econômico e social, para tanto, é necessário aumentar a participação da indústria tanto no PIB quanto no total do emprego da economia, “bem aumentar a presença na composição do produto nacional, adensando as cadeias produtivas, utilizando mais tecnologia, abrindo novos mercados e competindo no comércio internacional” (DIEESE, 2012, p.5).

Marconi e Rocha (2012) estudam se o Brasil está enfrentando um processo de desindustrialização precoce, ou seja, se a participação da indústria no valor adicionado se reduz em um determinado nível *per capita* não condizente com o que é preconizado pela literatura internacional. Para tanto, os autores se utilizam do levantamento de indicadores econômicos (análise descritiva) e também da realização de modelo econométrico, tendo como foco a avaliação da sobreapreciação da taxa de câmbio.

Os autores destacam que nos países desenvolvidos, a diminuição relativa da manufatura no valor adicionado se iniciou quando a renda *per capita* estava no patamar entre US\$ 10 mil e US\$ 15 mil, na maioria das situações durante a década de 1970. Por outro lado, no Brasil, Argentina e México esta reversão também ocorre a partir do mesmo período, no entanto, com uma renda *per capita* inferior a observada nos países desenvolvidos. Utilizando de referências históricas internacionais argumentam: i) para os países emergentes o ponto máximo de participação das indústrias no PIB aconteceu em uma faixa de renda de cerca US\$ 5.000 em média, enquanto que nos países desenvolvidos o mesmo fenômeno ocorreu no intervalo de US\$ 10 mil e US\$ 15 mil; ii) nas economias asiáticas a

participação da indústria no PIB continua em elevação, superando os patamares de pico das economias latino-americanas, além disso, o atual nível de renda per capita em países como a Malásia e Tailândia é tido como médio, portanto, não existe a possibilidade de afirmar que a participação da indústria no PIB é incompatível com um estágio de desenvolvimento intermediário; iii) na Suécia a participação da indústria no valor adicionado passou a se elevar durante a década de 1990 revertendo, desta forma, uma trajetória anterior de declínio, sendo que este aumento foi acompanhado do aumento da renda *per capita*, que é maior do que o verificado nos países latinos ou mesmo no asiáticos, sendo semelhante ao dos países desenvolvidos. Conseqüentemente, fornecendo subsídios para indicar que a economia brasileira esteja sofrendo com um processo de desindustrialização precoce.

Por meio de modelo econométrico, utilizando-se como referência as contas nacionais para o período de 1995 a 2008, os autores ressaltam o papel desempenhado pela taxa real de câmbio, por sua influência sobre a participação da manufatura no PIB, assim, uma desvalorização real está relacionada à maior participação relativa da manufatura no valor adicionado, e vice-versa, desta maneira, a valorização cambial presente no período de estudos contribuiria para o cenário de desindustrialização precoce verificado no Brasil. Por fim, abordam que através do índice constituído do Coeficiente de Insumos Importados (CINSU) possui efeitos negativos significantes sobre o valor das manufaturas do país, além disso, existe a possibilidade do país enfrentar um processo similar ao das “maquilas” no longo prazo.

Cano (2012) analisou o processo de desindustrialização no Brasil, inicialmente realizando comparativo dos estágios de desenvolvimento econômico dos países, relacionando as nações desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas. Segundo ele, nos países desenvolvidos foi verificado que o processo de desindustrialização ocorreu de forma natural e positiva, com o avanço da renda da população e o atingimento de níveis de maturidade econômica, com a indústria possuindo estrutura diversificada com forte participação de bens de capital – enfatizando ainda o papel do Estado nacional. Entre os países subdesenvolvidos, houveram avanços no sentido de promover a industrialização, todavia, poucos

conseguiram chegar aos níveis mais avançados, na América Latina somente o Brasil conseguiu instalar, ainda que de modo parcial, o setor de bens de capital. No entanto, as décadas de 80 e 90 tiveram efeitos nefastos para a indústria dos países latino americanos. Para o autor, o subdesenvolvimento não pode ser analisado como sendo uma etapa do desenvolvimento ou desenvolvimento em grau inferior, mas sim um processo inserção brasileira no mercado internacional capitalista que se iniciou no século XIX, o qual o país ainda não se libertou.

Para o economista, as principais causas elencadas para verificação do processo de desindustrialização precoce e nociva enfrentados pelo Brasil seriam: o câmbio excessivamente valorizado (amparado na “insana trilogia”); a abertura comercial desregrada; a elevada da taxa de juros; o investimento direto estrangeiro (não direcionando a indústria de transformação); e a desaceleração da economia mundial. Para aprofundar o debate a respeito da desindustrialização, realiza extensa análise descritiva de indicadores econômicos para demonstrar a debilidade a qual foi submetida à indústria de transformação brasileira.

Segundo o autor, a atual política industrial tem seus méritos, com destaque para as políticas recentes (desonerações fiscais, IPI, etc) e também para o papel desempenhado pela BNDES, mas ainda são insuficientes e existiram mais equívocos do que acertos. Para o economista existiriam possibilidades de reverter o quadro de desindustrialização enfrentado pelo Brasil. Neste intento seria necessária a forte intervenção do Estado na economia, a exemplo do que já fizeram países como China, Alemanha, Japão e Coreia do Sul, que favorecidos pelas circunstâncias internacionais constituíram empresas fortes nacionalmente e também internacionalmente, utilizando-se de políticas protecionistas e financiadoras direcionadas para o setor industrial. Destaca a necessidade de uma nova política industrial no Brasil, todavia, deve estar amparada pela política macroeconômica, existindo adequação entre ambas.

Enfatiza ainda que é imprescindível enfrentar uma crise longa iniciada na década de 1970, em suas adversidades políticas e econômicas internas e externas, que promoveu a destruição das instituições de desenvolvimento, debilitou o Estado e desestimulou o empresariado produtivo e progressista. Somente desta maneira, será

possível obter a soberania na condução da política cambial, fiscal e monetária. Destaca ainda da necessidade de uma estratégia direcionada ao mercado interno, estruturada sob um “Programa Nacional de Desenvolvimento” que tenha “uma estratégia específica de exportações, introjeção tecnológica e uma priorização setorializada e regionalizada de infraestrutura e alta tecnologia” (Cano, 2012, p. 20), mas que contemple ainda os setores de atendimento as necessidades básicas da população.

Oreiro e Marconi (2012) analisam o processo de desindustrialização no Brasil desde a década de 1970, procurando realizar comparativo com as nações desenvolvidas. Para os autores, o fenômeno verificado no Brasil de perda de participação da indústria no PIB pode ser classificado como sendo precoce, indicam que a redução já se manifesta desde a década de 1970, antes mesmo de o Brasil alcançar os níveis mais elevados de renda per capita, portanto, inferior ao observado nos países desenvolvidos quando estes passaram a se desindustrializar.

Na mesma linha de argumentação desenvolvida por Palma (2005), Oreiro e Marconi (2012), destacam que a doença holandesa enfrentada pelo Brasil, teria uma outra configuração, não sendo decorrente da descoberta de recursos naturais, mas sim de políticas econômicas que teriam reduzido a competitividade da indústria de transformação e ocasionaram um processo de desindustrialização no país. Para Oreiro e Marconi (2012), entre os fatores elencados que demonstrariam que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização estariam: a reprimarização da pauta de exportações no período recente; o câmbio sobrevalorizado; a baixa produtividade do setor industrial; e o baixo nível de investimentos. Por fim, os autores enfatizam o papel de extrema relevância desempenhado pela indústria de transformação, sendo fundamental para o desenvolvimento de médio e longo prazo da economia. Além disso, para os autores é o setor de atividade onde se encontram os mais elevados níveis de produtividade do trabalho.

Arend (2014) desenvolve análise a respeito do setor industrial brasileiro, abordando aspectos relacionados à nova divisão internacional do trabalho, bem como a possibilidade de ocorrência de desindustrialização no Brasil, a linha de desenvolvimento do trabalho tem por fundamento as modificações ocorridas na

determinação das tecnologias aplicadas nos processos produtivos a partir da década de 1970, com a passagem do paradigma fordista (metal-mecânico-químico) em direção ao novo paradigma, eletrônico, estruturado sobre a microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia e novos materiais.

Para Arend (2014), as novas tecnologias, aliadas aos avanços advindos das inovações e do progresso técnico, possibilitaram aos países centrais entrarem em uma nova trajetória de desenvolvimento econômico, com o paradigma eletrônico detendo o dinamismo da economia, todavia, estes ganhos não foram difundidos entre os países periféricos em função do nível de exigência necessário para sua constituição. A estrutura industrial brasileira apresentou ganhos de participação nos setores intensivos em recursos naturais e também nos setores do padrão tecnológico relacionados à segunda revolução industrial. No comércio exterior, assistiu-se a elevação da representação das *commodities* primárias e industriais na corrente de comércio, em detrimento dos setores relacionados ao novo paradigma tecnológico. Estas duas variáveis auxiliam na explicação da inserção subordinada do Brasil nas cadeias globais de valor, tornando-se dependente do dinamismo da economia internacional.

Observando os indicadores clássicos de desindustrialização, observa a redução da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro nas últimas décadas. Além disso, demonstra que nas últimas quatro décadas as nações desenvolvidas passaram por um processo desindustrialização natural, no qual conseguiram dobrar seu PIB *per capita*, estando este atualmente em patamar elevado em torno de US\$ 30 mil. As economias que enfrentaram o processo precoce de desindustrialização, não conseguiram duplicar seu PIB *per capita*, e ainda sofreram com o aumento do hiato da renda em relação aos países desenvolvidos. Por fim, existiram nações que avançaram na industrializaram e que tiveram por consequência elevadas taxas de crescimento do PIB *per capita*, portanto, com desempenho superior a média internacional. Avançando na mensuração do fenômeno da desindustrialização, Arend (2014), elaborou o indicador de desindustrialização relativa internacional (DRI), que tem como base a evolução da produção industrial, através do DRI, demonstra que após a década de 1980, o Brasil

se desindustrializou não somente em relação ao mundo, mas também em comparação a praticamente todos os países e regiões do mundo.

Para o estudioso, os fatores determinantes do processo extremo de desindustrialização precoce no Brasil foram: o não efetivo ingresso no novo paradigma tecnológico, aliada a ausência de um Estado coordenador e indutor do processo de mudança estrutural via políticas industriais. A respeito da redução do dinamismo industrial desde a década de 1980, destaca:

É o período que coincide com o fim das políticas industriais, com a liberação comercial e financeira e com a sobrevalorização cambial; externamente, com uma nova revolução tecnológica e industrial, com uma nova geografia industrial, comandada por forte atuação estatal em determinados países, e por novas formas globais de produção e comercialização de mercadorias” (AREND, 2014, p.420)

4.1.2 Contrários à tese da desindustrialização

Schwartzman (2009) desenvolve análise acerca do processo de desindustrialização no Brasil, para tanto, toma como referência o período de 2006 e 2008. Para o autor, a tese da desindustrialização não sobrevive aos confrontos com os dados. Em sua argumentação destaca que a participação dos manufaturados sobre as exportações não necessariamente teria se reduzido, o que teria ocorrido efetivamente, seria o crescimento das exportações dos produtos primários que tiveram avanço expressivo mesmo com a moeda valorizada, tendo sido impulsionadas pelo aumento dos preços internacionais das *commodities*. Para Schwartzman (2009), o câmbio apreciado não possui efeitos deletérios sobre a atividade industrial, pelo contrário, ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados favoreceu a modernização e a ampliação da indústria nacional.

Bonelli e Pessôa (2010) utilizando de indicadores econômicos do período de 1947 a 2008, destacam que para realização de um estudo completo a respeito do processo de desindustrialização no Brasil, seria necessária a análise dos seguintes aspectos: (i) a redução na participação da indústria, devido a fatores como a instabilidade macroeconômica atravessada pelo Brasil durante as décadas de 1980

e 1990; (ii) a tendência global de redução de peso da indústria na atividade econômica total. Para os autores, se isolada a influência desses aspectos, e caso persistisse a evidência de declínio relativo da atividade manufatureira, seria possível afirmar a existência de um processo de desindustrialização em marcha. Ainda para Bonelli e Pessoa (2010), a perda de participação da indústria no PIB seria reflexo principalmente do contexto macroeconômico, caracterizado por baixo crescimento do PIB, taxa de juros e carga tributária elevados. Enfatizam ainda que, a redução da participação relativa do emprego da indústria no total do emprego teria sido ocasionada pela reforma estrutural da década de 1990. Observando os dados do investimento industrial relativamente a Formação Bruta de Capital Fixo agregada no período de 1996 a 2007, enfatizam que houve um forte aumento, logo, não demonstrando a evidência de um processo de desindustrialização.

Mesmo sendo contrários à tese de desindustrialização na economia brasileira, os autores destacaram que é preciso ter cautela em relação aos riscos possíveis para o país em caso da efetivação deste fenômeno, como por exemplo, a ocorrência de déficits em transações correntes. Ademais, Bonelli e Pessoa (2010), preconizam que a trajetória de queda da participação da indústria no PIB nas últimas décadas no Brasil é resultante da adaptação do setor a uma realidade internacional no período atual, logo, a participação do setor industrial sobre o produto na década de 1970 estaria sobrevalorizada.

A análise da evolução da posição brasileira em relação a um padrão internacional mostra que o país estava muito acima desse padrão nos anos 1970 — isto é, tinha uma indústria muito maior do que seria justificado por um conjunto de variáveis indicativas do grau de desenvolvimento econômico, tecnológico, dotação de fatores e tamanho — e progressivamente tendeu para ele com o passar do tempo, estando atualmente pouco abaixo do padrão normal. (BONELLI E PESSÔA, 2010, p.2).

Para os autores, o Brasil teria perdido pouca participação mundial tanto em termos de produção industrial quanto em termos de PIB, pois, as alterações ocorridas internacionalmente teriam sido mais expressivas, demonstrando que entre 1970 e 2007 a participação da manufatura no mundo havia caído de 24,9% para 16,6%.

Bonelli, Pessôa e Matos (2012), procuram analisar a existência de um processo de desindustrialização no Brasil no período de 1947 a 2011, tendo como referência a participação da indústria de transformação no total do valor adicionado, através destes dados demonstram a redução da participação a partir de meados da década de 1970, quando entre 1974 e 1976 a média foi de 23%, enquanto que no período de 2009 a 2011 a média caiu para 16%.

Na sequência verificaram as trajetórias de redução de participação da indústria em relação ao valor adicionado no Brasil comparativamente a outros países e regiões do mundo, demonstrando que em praticamente todas as nações houve perda de participação do setor industrial. Logo, para os autores a redução da participação da indústria no Brasil teria acompanhado uma tendência mundial. Além disso, o país teria se “sobreindustrializado” durante o século XX, com seu parque industrial acima das suas possibilidades técnicas e econômicas, enfrentando, assim, uma chamada “doença soviética”, logo, o processo atual de perda de dinamismo do segmento manufatureiro seria apenas uma adaptação a realidade internacional.

Almeida (2012) realiza extensa análise a respeito da desindustrialização no Brasil, tendo como referência para seu estudo dados econômicos do período de 2000 a 2011, além disso, utiliza de informações apresentadas por outros autores para diversos períodos. Argumenta que a queda de participação da indústria de transformação no PIB brasileiro é um fenômeno de longo prazo que ocorre desde meados da década de 1970 e acompanha a tendência mundial. Do ponto de vista do PIB *per capita*, o Brasil possuía na década de 1970, participação maior do que outros países, constituindo assim em um caso de doença soviética.

O período após 2008, quando do agravamento da crise financeira, contribui para reforçar a tendência mundial de perda de participação da indústria no PIB, salvo raras exceções, alguns países asiáticos, em especial a China. Neste período ocorreu forte queda da demanda nos países desenvolvidos, resultando em um excesso de produtos manufaturados no mundo, e por consequência provocando a queda de preços destes produtos, logo, a produção destes bens foi direcionada para os países que mantiveram dinamismo econômico, que foi o caso brasileiro, conseqüentemente houve uma substituição dos produtos nacionais por importados,

destaca ainda que o alto custo de produção destes bens no país também é um fator que contribuiu para este movimento de substituição.

Em função do cenário de queda de preços e aumento das importações de manufaturados no Brasil, que foi acompanhado pelo crescimento dos preços dos produtos que o país exporta (minerais e agrícolas) redundou em ganhos nos termos de troca da ordem de 30% no período de 2008 a 2011. Para Almeida (2012), o câmbio apreciado, fruto dos elevados ganhos de troca, não é uma “maldição” para a economia, sendo inclusive benéfico, enriquecendo o país, todavia, deverá ser tratado como “maldição” em caso de seu direcionamento para o consumo presente e a não alocação para poupança e investimentos, haja vista o baixo nível de poupança e sua dependência de financiamento externo. Além disso, o câmbio apreciado pode favorecer a indústria através da importação de bens de capital.

Para Almeida, a utilização de mecanismos de proteção comercial e desvalorização cambial para aumentar a competitividade da indústria são prejudiciais à economia, pois, podem inclusive elevar a inflação. No entanto, ressalva que é necessária uma reavaliação do modelo de crescimento brasileiro. Por fim destaca os problemas sofridos pela indústria:

A indústria no Brasil sofre, em geral, por problemas micro (baixa produtividade, baixa capacidade de inovação, elevado custo dos insumos etc.) e pelas consequências de um modelo macro baseado no aumento do gasto público, na carga tributária crescente e na dependência da poupança externa para financiar o aumento do investimento. (ALMEIDA, 2012, p.10).

4.1.3 Contrários à tese da desindustrialização, porém, observam com preocupação a possibilidade de deflagração de tal processo

Puga (2007), procurou analisar o comportamento das importações brasileiras no período de 1996 a 2006, para mensurar se estas estariam provocando um processo de desindustrialização no país. Durante o estudo, o autor destaca um forte aumento das importações brasileiras entre os anos de 2003 e 2006, no entanto, Puga (2007, p. 7) afirma que os indicadores “não apontam um movimento expressivo de desindustrialização da economia”. Os fatores destacados por ele para justificar o aumento das importações são: o câmbio valorizado e o movimento

mundial de crescimento do intercâmbio entre as nações – se mantido este cenário seria necessário a utilização de políticas que considerem os custos econômicos e sociais decorrentes de alterações na composição da produção. Apesar deste cenário, o coeficiente de importações brasileiro estaria abaixo da média mundial, além disso, argumenta que no segmento da indústria de transformação os maiores aumentos foram observados nos setores intensivos em trabalho e menores em setores intensivos em escala e naqueles de com tecnologia diferenciada ou baseada em ciência. Por fim, enfatiza que os setores que tiveram maiores crescimentos das importações foram aqueles de maior crescimento da produção interna, demonstrando que a elevação das importações está mais relacionada ao aumento do consumo doméstico ou das exportações, do que da substituição da produção nacional por importados.

Nassif (2008) elaborou extensa fundamentação teórica e estatística com argumentação contrária à tese de desindustrialização no Brasil, procurou demonstrar que o país não havia passado por tal processo, fundamentando seus estudos em uma série histórica da participação da indústria de transformação no PIB entre 1947 e 2004. Além disso, para ele, a perda de participação da indústria no PIB seria um fenômeno circunscrito à segunda metade da década de 1980 e que teria se iniciado anteriormente a ocorrência das reformas estruturais realizadas pelo país, em especial a liberalização comercial. Assim, a queda sofrida pela indústria teria sido decorrente de uma forte retração da produtividade do trabalho, estagnação econômica e das altas taxas inflacionárias. Além disso, para Nassif (2008) o período que se estende de 1990 até 2004, não pode ser definido como de manifestação da desindustrialização, pois, apesar do baixo ritmo de crescimento econômico, a indústria manteve sua participação na economia e até mesmo conseguindo aumentá-la. Desta maneira:

Apesar das baixas taxas de crescimento médias anuais do PIB brasileiro entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica conseguiu manter um nível de participação médio anual da ordem de 22% no período, praticamente o mesmo percentual observado em 1990. Nos últimos anos, houve ligeiro aumento dessa participação, chegando a 23% em 2004. (NASSIF, 2008, p. 93).

Ainda para o autor, as evidências empíricas demonstraram que o Brasil não teria sofrido uma desindustrialização provocada por “doença holandesa” (ou precoce), nem mesmo haveria passado por um processo de desindustrialização, pois, os seus aspectos divergem daqueles observados nos países desenvolvidos. Por fim, argumenta que não teria ocorrido um processo generalizado de realocação de recursos produtivos em direção aos segmentos baseados em recursos naturais e intensivos no fator trabalho. Todavia, o autor alerta para os riscos de longo prazo decorrentes da valorização da moeda brasileira em relação ao dólar, que poderiam resultar em uma redução da competitividade da indústria, desencadeando um processo de desindustrialização precoce.

Meyer e Paula (2009) analisam o comportamento da balança comercial brasileira de 1996 a 2006, verificando se o crescimento do saldo durante o período impulsionado pelos produtos básicos (principalmente a partir de 2003) e aliado a valorização cambial, poderiam indicar uma reprimarização da pauta exportadora, resultando na especialização em produtos intensivos em recursos naturais existindo desta maneira o fenômeno da “doença holandesa” e por consequência incorrendo em um processo de desindustrialização. Os autores argumentam que o crescimento das exportações durante o período analisado, sendo de forma mais expressiva a partir de 2003, comprovam que o crescimento das exportações não foi decorrente necessariamente da influência cambial, mas sim de diversos fatores, entre os quais o crescimento da economia mundial (impulsionado pelo dinamismo chinês) que provocou a elevação da demanda e dos preços das *commodities*, constatam ainda (e destacam como sendo importante) a diversificação de destinos das exportações brasileiras.

Para Meyer e Paula (2009) ainda não se pode afirmar com contundência que o bom desempenho dos bens básicos, principalmente a partir de 2003, esteja resultando em “doença holandesa”, haja vista que a pauta exportações brasileiras é bastante diversificada, apesar de existirem indícios de problemas relacionados a esta doença conforme demonstram estudos recentes. Os autores abordam que a valorização cambial pode ter favorecido à importação de bens de capital e de insumos, reduzindo o custo de produção e contribuindo indiretamente para geração de ganhos de produtividade nos setores exportadores, alertam, no entanto, que se a

apreciação ocorrer de modo prolongado pode representar riscos para economia no longo prazo, com a possibilidade de deflagração de um processo de desindustrialização. Porém, advertem que é necessário maior período de análise e avaliação.

Sonaglio et al (2010) elaboram estudo que procura analisar o processo de desindustrialização no Brasil através da análise gráfica e também por meio de modelo econométrico, utilizando como referencial a metodologia de dados em painel para o período de 1996 a 2008. Para tanto, empregaram no trabalho o conceito de desindustrialização, advindo da abordagem teórica da “doença holandesa”, na qual é considerada como sendo uma “falha de mercado”, onde a existência de recursos naturais ou humanos abundantes e baratos influem sobre a sobre apreciação do câmbio, dificultando a produção de bens de maior valor agregado.

Analisando os dados referentes às exportações brasileiras por intensidade tecnológica, verificam uma tendência de reprimarização da pauta de exportações. Os modelos econométricos utilizados mostram que as exportações são influenciadas diretamente pelas variações nas taxas de câmbio, assim, apreciações resultaram em redução das exportações. Mesma tendência foi verificada em relação às elevadas taxa de juros, que possuem influência sobre a competitividade das exportações via redução dos investimentos. Desta forma, concluem que a alteração na pauta de exportações pode ter sido influenciada pelo aumento da demanda internacional por *commodities* bem como devido à apreciação cambial.

Para os autores, através das mudanças estruturais existentes na economia brasileira não é possível visualizar que o Brasil esteja sofrendo de “doença holandesa” e por consequência não pode se afirmar que esteja em curso um processo de desindustrialização prematura. Ressaltam ainda, que se houver a redução persistente da participação dos manufaturados nas exportações provocará reflexos no dinamismo do setor industrial e também da economia nacional, caracterizando desta forma um processo de “doença holandesa” resultando na transferência de recursos produtivos para os setores que se mantêm competitivos mesmo em um cenário de câmbio apreciado.

Squeff (2012) procura analisar o processo de desindustrialização no Brasil a partir de uma perspectiva mais ampla, através de indicadores não utilizados usualmente na literatura econômica, entre os quais, produção (valor adicionado), emprego, produtividade, investimento, exportações e importações da indústria de transformação, tanto em relação aos demais setores da economia, quanto a partir de uma análise intraindustrial.

São citadas como causas do processo de desindustrialização: o processo de desenvolvimento econômico (mudança na composição setorial do valor adicionado e do emprego); o diferencial de produtividade; a elasticidade renda das manufaturas; especialização / terceirização; a nova divisão internacional do trabalho; o investimento; a mudança na orientação da política econômica; e a doença holandesa.

Para o autor, a literatura que trata do tema da desindustrialização concentra-se excessivamente na análise das políticas de liberalização comercial empreendida nos anos 1990 e/ou na valorização cambial desde 2005, todavia, não nega que estas variáveis (além da taxa de juros) afetaram a dinâmica do setor industrial. Destaca que a redução da participação da indústria de transformação no valor adicionado ocorre desde meados da década de 1980. Para o autor, existem sinais controversos a respeito da hipótese de desindustrialização no sentido depreciativo do termo, pois, os indicadores utilizados não são suficientes para confirmar a hipótese de desindustrialização, inclusive diversos indicadores contradizem a tese, indicando evidências que apontam para existência de um “artefato estatístico”, decorrente de alteração na metodologia das contas nacionais que explicaria a perda de participação da indústria no PIB. Além disso, Squeff se posiciona favoravelmente a adoção de políticas industriais para realização de uma estratégia sustentada de desenvolvimento econômico. Por fim, enfatiza que não está em curso no Brasil um processo de desindustrialização.

Cunha, Lelis e Fligenspan (2013), realizam estudo a cerca da influência do comércio exterior para determinação de um processo de desindustrialização no Brasil, utilizando para tal intuito evidências empíricas e também modelos econométricos. Para tal finalidade os autores analisam o período entre 2004 e 2010,

que é marcado pela retomada do crescimento econômico no país com a sua interrupção durante a crise financeira internacional. Ressaltam que mesmo com a melhoria do desempenho da economia no período analisado, com o avanço da produção, do emprego e da renda, não foi suficiente para eliminar as preocupações a cerca da competitividade da indústria nacional, com destaque para os recorrentes déficits comerciais em bens manufaturados.

Destacam que a exemplo do que tem ocorrido historicamente, em momentos do processo de modernização produtiva do Brasil, existiram no período recente indícios que a aceleração do crescimento econômico foi acompanhada pela deterioração da balança comercial, devido à elevada elasticidade das importações e ao direcionamento da atividade produtiva industrial para o atendimento da demanda interna, com destaque para os manufaturados. Verificaram ainda a alteração significativa na balança comercial brasileira, puxada pelo avanço das exportações de bens intensivos em recursos naturais para a China e pela elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, aproximando o país de um cenário de existência de “doença holandesa”. No entanto, indicam que não existem evidências que permitam afirmar que o comércio internacional tenha provocado um processo de desindustrialização, sendo o principal problema detectado pelo estudo a queda nos coeficientes de exportação de manufaturas.

Reforçam por fim, a necessidade da elaboração de políticas públicas não somente para estimular as exportações, mas também com a finalidade de elevar a participação da parcela exportada no total produzido pela indústria nacional. Sendo que as políticas industriais devem ser mais consistentes, focadas na inovação tecnológica e na ampliação dos coeficientes de exportações, respaldadas pela modernização da infraestrutura e diminuição das distorções macroeconômicas (câmbio e juros) contribuindo para garantir e manter uma estrutura produtiva diversificada e moderna no futuro.

No quadro abaixo é apresentada uma síntese a respeito dos autores utilizados neste trabalho que tem como tema central em suas publicações o tema da desindustrialização, bem como é destacado o período de análise realizada pelos mesmos e, além disso, são apresentados os posicionamentos dos estudiosos a

cerca do fenômeno da desindustrialização, mais detalhes e comparativos entre os mesmos serão apresentados na sequência, para o melhor entendimento e compreensão deste debate travado na economia brasileira entre as diversas correntes teóricas de pensamento.

QUADRO 1 - ANÁLISE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DIVERSOS PERÍODOS, AUTORES SELECIONADOS, BRASIL - 2002/2014

AUTORES	PERÍODO ANALISADO	DESINDUSTRIALIZAÇÃO
Almeida (2012)	2000-2011	Não
Arend (2014)	1980-2012	Sim
Bonelli (2005)	1990-2005	Sim
Bonelli e Pessôa (2010)	1996-2007	Não
Bonelli, Pessoa e Matos (2012)	1995-2011	Não
Bresser-Pereira (2008)	1980-2008	Sim
Cano (2012)	1989-2012	Sim
Cunha, Lelis e Fligenspan (2013)	1990-2010	Não
Dieese (2011)	1995-2007	Sim
Feijó (2007)	2005-2006	Sim
Feijó, Carvalho e Almeida (2005)	1990-2004	Sim
Marconi e Barbi (2010)	1995-2007	Sim
Marconi e Rocha (2012)	1995-2008	Sim
Marquetti (2002)	1980-2000	Sim
Meyer e Paula (2009)	1996-2006	Não
Nassif (2008)	1986-2005	Não
Oreiro e Feijó (2010)	1996-2008	Sim
Oreiro et al (2011)	1996-2008	Sim
Oreiro e Marconi (2012)	1970-2011	Sim
Palma (2005)	1980-1998	Sim
Puga (2007)	1996-2006	Não
Schwartzman (2009)	2006-2008	Não
Sonaglio et al (2010)	1996-2008	Não
Squeff (2012)	1995-2010	Não

Elaboração própria

Através do quadro apresentado acima, foi possível visualizar que 14 (58,33%) dos estudos utilizados são favoráveis à tese da ocorrência da desindustrialização no Brasil e que 10 (41,67%) são contrários a tese. Na sequência, para além da divisão dos autores por posicionamento em relação à tese da desindustrialização, discorreremos com maiores detalhes a cerca dos argumentos teóricos utilizados para referendar seus posicionamentos, classificando os estudos em três grupos.

4.2 AS TRÊS LINHAS DE PESQUISA SOBRE A TESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

4.2.1 Favorável à tese da existência da desindustrialização

Primeiramente iremos tratar dos analistas que são favoráveis á tese de desindustrialização no Brasil. Para este grupo de estudiosos as evidências empíricas demonstrariam que o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização nas últimas décadas. No entanto, estes argumentam que a trajetória de desindustrialização em curso no país, com a redução de participação tanto no PIB quanto no emprego total da economia, seria diferente da verificada nos países desenvolvidos, pois, se manifestaria de forma precoce, constituindo em uma patologia, influenciando de modo negativo sobre a economia, não sendo, portanto uma trajetória natural e virtuosa resultante do estágio de desenvolvimento alcançado pelo país.

Neste item passaremos a classificar os adeptos da tese da desindustrialização por causa de ocorrência do processo. Inicialmente devemos destacar que existem alguns estudos, que mesmo sendo favoráveis a tese da existência da desindustrialização, argumentam que esta não teria ocorrido de forma absoluta, mas sim relativa, sendo eles: Bonelli (2005), Feijó, Carvalho e Almeida (2005) e Oreiro et al (2011).

Entre os artigos selecionados, seis argumentam que o processo de desindustrialização no Brasil seria causado pela “doença holandesa” (Palma, 2005; Bresser-Pereira, 2008; Oreiro e Feijó, 2010; Marconi e Barbi, 2010; Marconi e Rocha, 2012; Oreiro e Marconi, 2012). Para estas abordagens, a “doença holandesa” é uma grave falha de mercado que ocorre quando existe a sobreapreciação da taxa de câmbio em função do país possuir recursos naturais abundantes (conceito restrito) ou mão de obra barata (conceito ampliado), que favorece a produção de *commodities* mesmo a uma taxa de câmbio que não torna competitiva a produção de bens manufaturados.

Para os autores Palma (2005) e também para Oreiro e Marconi (2012), o Brasil estaria enfrentando um caso de “doença holandesa”, que poderia ser classificado como sendo uma nova “doença holandesa”, para tanto, as causas elencadas por esta corrente teórica estariam relacionadas à alteração na condução da política econômica e reformas estruturais das últimas décadas, que provocaram à liberalização econômica e financeira da economia e foram combinadas com políticas restritivas de juros altos e câmbio apreciado.

Neste contexto, de sobreapreciação cambial, aliado a valorização dos termos trocas em favor das *commodities*, observa-se a reprimarização da pauta de exportações, com o aumento contínuo do superávit comercial desta atividade econômica. Por outro lado, notam-se ainda crescentes e constantes déficits comerciais no setor industrial, que levam a especialização regressiva da estrutura produtiva, com a drenagem de recursos produtivos para as atividades primárias, contribuindo para redução da competitividade e do dinamismo do setor industrial com perda de participação sobre o PIB e sobre o emprego provocando a desindustrialização.

Para analisar os estudos restantes desta matriz teórica e que preconizam a existência da desindustrialização no Brasil, em um total de oito publicações, faremos uma pequena classificação, de um lado colocaremos àqueles trabalhos que concentram sua análise em aspectos relacionados à questão macroeconômica (Marquetti, 2002; Bonelli, 2005; Feijó, Carvalho e Almeida, 2005; Feijó, 2007; DIEESE, 2011; Oreiro et al, 2011) e de outro lado aqueles que mesmo considerando como importantes as questões ligadas a macroeconomia, destacam também elementos mais complexos e estruturais, como a nova divisão internacional do trabalho, mudança de paradigma tecnológico, etapas do estágio do desenvolvimento econômico, entre outros (Cano, 2012; Arend, 2014).

Logo, os artigos da primeira linha teórica a serem analisados que são favoráveis à tese da existência de um processo de desindustrialização no Brasil, fundamentam suas argumentações para indicar a existência de tal fenômeno em torno da política macroeconômica implementada nas últimas décadas e suas variáveis chaves, bem como consequentemente dos seus impactos sobre a

dinâmica da economia e da indústria. Apesar de não se utilizarem do conceito de “doença holandesa”, alguns dos seus postulados são aproximados ou mesmo iguais aos dos teóricos da chamada nova “doença holandesa”, existindo diversas similaridades entre estas correntes.

Para os estudos classificados na primeira linha, da ênfase dos aspectos macroeconômicos, o processo de desindustrialização no Brasil, teria sido provocado diversos fatores, entre os quais: as políticas de combate a hiperinflação dos anos 80; a abertura comercial e financeira; a privatização; a taxa de juros elevada; a taxa de câmbio real apreciada; e a queda dos investimentos no setor industrial. Desta maneira, a combinação entre estes fatores resultaria na redução da participação da indústria no PIB e também no emprego, que seria decorrente do avanço das importações de bens manufaturados favorecidos pela apreciação cambial, reprimarização da pauta de exportações, falta da existência de políticas de proteção à indústria, políticas macroeconômicas restritivas, que resultariam na perda de competitividade da indústria internamente e externamente, perdendo sua relevância dentro da economia indicando a ocorrência de um processo de desindustrialização precoce.

Para Cano (2012) e Arend (2014), os aspectos relacionados à questão macroeconômica, como juros, câmbio ou mesmo abertura econômica e financeira, são fundamentais para o entendimento das causas do processo de desindustrialização no Brasil, no entanto, destacam aspectos mais abrangentes para determinação das causas deste processo. Para Cano (2012) entre as causas do processo de desindustrialização no país, estaria, a longa crise da década de 1970 que perduraria até os dias atuais, que impôs adversidades econômicas e políticas para o Brasil, tendo provocado a destruição das instituições de desenvolvimento e a debilitação do Estado. Para além destes fatores, argumenta que o estágio de desenvolvimento no qual o país se encontra, que seria o subdesenvolvimento, determinou o padrão de inserção subordinada do Brasil no mercado internacional capitalista desde o século XIX, no qual o país não teria conseguido se libertar até os dias atuais.

Arend (2014) destaca o papel desempenhado pela revolução tecnológica, do novo paradigma tecnoeconômico da microeletrônica da década de 1970, no qual o Brasil não conseguiu se inserir de modo efetivo, devido à falta de coordenação estatal, e que provocou alterações significativas no padrão de desenvolvimento econômico dos países em todo o mundo e a definição de uma nova divisão internacional do trabalho, sendo estas as causas que estariam no centro da determinação do processo de desindustrialização no Brasil.

Mesmo existindo diferenças em relação às interpretações a respeito das causas, períodos, ou mesmo consequências do processo de desindustrialização no Brasil, todos os autores são unânimes em afirmar que o processo é considerado como sendo precoce ou prematuro, pois a perda de dinamismo do setor industrial ocorre antes do país ter alcançado os níveis mais avançados de maturidade da estrutura industrial, sem ter explorado todas as potencialidades do desenvolvimento econômico advindas do processo de industrialização ou mesmo sem ter atingindo os níveis mais elevados de renda per capita, portanto, em condições diferenciadas em relação aos países desenvolvidos que atravessaram um processo natural e exitoso de desindustrialização.

Logo, para estes autores, o processo de desindustrialização precoce deveria ser olhado com preocupação, haja vista a importância da indústria de transformação, pois, se caracteriza por ser um fenômeno extremamente prejudicial para a economia brasileira. A deflagração de tal processo resultaria na perda de dinamismo do setor industrial, resultando na redução da sua participação tanto no PIB quanto no emprego, processo este que levaria a transferência de recursos e de mão de obra para os setores de menor produtividade, comprometendo o potencial de crescimento de longo prazo do país. O processo precoce de desindustrialização reduziria a participação na economia do setor que é considerado por estes teóricos como sendo o mais dinâmico e com maior capacidade de agregação de valor, e que também possui cadeias produtivas mais longas e de maior intensidade tecnológica.

Os autores destacam ainda que o processo de desindustrialização precoce, manifestado de forma negativa possui impactos nefastos para economia, destacando ainda algumas das distorções provocadas: a perda de competitividade

do setor industrial; a especialização regressiva da estrutura produtiva; a reprimarização da pauta de exportações; o déficit comercial no setor industrial; a inserção subordinada do comércio internacional, participando somente como fornecedor de bens primários intensivos em recursos naturais. Assim, para reverter tal lógica advertem da necessidade da constituição de políticas industriais consistentes e a adoção de políticas macroeconômicas de desenvolvimento econômico de longo prazo que estejam em concordância com o setor industrial.

4.2.2 Contrária à tese da existência da desindustrialização

A partir deste momento passaremos a analisar os teóricos que são contrários à tese da existência de desindustrialização no Brasil, para tanto faremos a distribuição dos dez trabalhos selecionados em dois grupos, no primeiro grupo estarão elencados os trabalhos que preconizam a não existência de um processo de desindustrialização no Brasil (Schwartzman, 2009; Boneli e Pessôa, 2010; Almeida, 2012; Bonelli, Pessôa e Matos, 2012), já em um segundo grupo se encontrarão os trabalhos que advogam a não existência de um processo de desindustrialização no Brasil, mas vêem na possibilidade da deflagração de um processo de desindustrialização uma preocupação, inclusive muitos destes defendem a intervenção estatal para que não se efetive um futuro processo de desindustrialização no país (Puga, 2007; Nassif, 2008; Meyer e Paula, 2009; Sonaglio et al, 2010; Squeff, 2012; Cunha, Lelis e Fligenspan, 2013).

Os adeptos da tese da não existência de um processo de desindustrialização argumentam que a redução da participação da indústria no PIB brasileiro e o ganho de participação da atividade de serviços, é um fenômeno de longo prazo que se manifestaria desde a década de 1970, sendo que representaria inclusive uma tendência que se observa em praticamente todas as nações do mundo, existindo algumas exceções, que seriam alguns países asiáticos e em especial a China. Além disso, preconizam que o Brasil teria se “sobreindustrializado” durante o século passado, possuindo um parque industrial que estaria acima das suas possibilidades técnicas e econômicas, enfrentando, assim, um caso da chamada “doença soviética”, logo, o processo atual de perda de dinamismo do segmento manufatureiro seria apenas uma adaptação a realidade internacional.

Para estes pesquisadores, a apreciação do câmbio real pode ser considerada como sendo um fator de influência positiva sobre a economia e também para a indústria, pois favoreceria a importação de máquinas e equipamentos possuidores de tecnologia mais avançada, permitindo a modernização e a expansão da indústria manufatureira. Destacam que no período recente, a apreciação cambial, combinada a crise financeira internacional, redução da demanda dos países desenvolvidos por manufaturados, queda dos preços dos manufaturados e a elevação dos preços internacionais dos bens exportados pelo Brasil (minerais e agrícolas), resultou em expressivos ganhos nos termos de troca, que são positivos e enriquecem o país. Acrescenta-se a estes aspectos, que a redução da taxa de desemprego combinada a elevação dos salários, teria provocado a elevação do custo do fator de produção trabalho, sem que a produtividade tivesse expandido na mesma magnitude representando aumento de custos e perda de competitividade para a indústria de transformação.

Para estes autores a indústria de transformação sofreria ainda com problemas: microeconômicos (baixa produtividade, baixa capacidade de inovação, elevado custos dos insumos, entre outros) e macroeconômicos (elevados gastos públicos e carga tributária, forte dependência de financiamento externo para financiamento do investimento), mas que não indicariam um processo de desindustrialização em curso no Brasil

Desta maneira, para os defensores da não existência da desindustrialização no país, a redução da participação da indústria no PIB e também no emprego não seria um processo prejudicial à economia e estaria em consonância com a tendência verificada internacionalmente, e além disso, durante o século passado o Brasil teria se “sobreindustrializado”, logo, seria natural que nas últimas décadas se adaptasse ao padrão internacional.

Assim, o avanço das exportações de produtos primários, acompanhado do crescimento da importação de bens manufaturados, provoca déficit na balança comercial da indústria, porém, para os teóricos desta linha de pensamento, este cenário deveria ser relativizado e melhor compreendido. Para estes autores, o Brasil

deveria se aproveitar dos ganhos oriundos do comércio internacional, explorar suas vantagens comparativas ricardianas, direcionando a economia para um padrão de especialização baseado em fatores produtivos abundantes, que no caso brasileiro seriam os produtos ligados a atividade primária (agrícolas e minerais).

Por fim, cabe destacar que estes teóricos são contrários a intervenção do Estado na economia para estimular a competitividade do setor industrial, para os pesquisadores adeptos das teses do livre mercado, a atuação estatal com esta finalidade, através da adoção de políticas de proteção comercial ou mesmo de desvalorização cambial provocariam distorções no sistema econômico, reduzindo a competitividade do setor, inclusive com a possibilidade de repasses aos consumidores finais por parte dos setores favorecidos contribuindo para o aumento da inflação no país.

4.1.3 Contrários à tese da desindustrialização, porém, observam com preocupação a possibilidade de deflagração de tal processo

Passaremos a analisar neste tópico os estudos que se posicionam de modo contrário a tese da existência de um processo de desindustrialização na economia brasileira, porém, demonstram preocupação em relação à possibilidade de ocorrência de tal processo. Para melhor compreensão faremos a divisão dos trabalhos elaborados por estes teóricos em dois campos, considerando os seguintes critérios: na primeira abordagem estarão relacionados os trabalhos relacionados a análises da restrição externa, balança comercial, entre outros aspectos ligados ao comércio exterior (Puga, 2007; Meyer e Paula, 2009; Sonaglio et al, 2010; Cunha, Lelis e Fligenspan, 2013) e a segunda abordagem que enfatiza os fatores ligados a evolução intra-setorial do setor industrial conforme a intensidade tecnológica (Nassif, 2008; Squeff, 2012).

Para os trabalhos realizados sob a ótica da restrição externa que advogam a não existência da tese da desindustrialização na economia brasileira, argumentam que por meio de indicadores ou mesmo de modelos econométricos relacionados ao comércio exterior não é possível mensurar de forma efetiva a existência de um processo de desindustrialização em curso no Brasil, apesar de alguns indicadores

ou mesmo estudos publicados recentemente apontarem indícios de um possível processo de desindustrialização.

Os adeptos desta tese consideram como referência essencial em suas análises a taxa de câmbio, com impactos diretos sobre a determinação das importações e também das exportações, destacando que estas duas variáveis tem apresentado crescimento nos últimos anos, todavia, enfatizam o aumento das importações brasileiras, com destaque especial para o avanço os bens manufaturados, bem como aumento das exportações brasileiras, impulsionadas pelo avanço da participação dos produtos primários intensivos em recursos naturais (agrícolas e minerais) na pauta de exportação.

Para eles, os fatores que explicariam o comportamento das importações e das exportações nos últimos anos seriam: i) aumento das importações destinadas a suprir a produção das atividades internas, estando mais ligada ao aumento da produção interna e das exportações do que à substituição da produção doméstica; ii) tendência mundial de maior intercâmbio comercial entre os países; iii) o processo histórico de desenvolvimento brasileiro, demonstra que em momentos de aceleração do ritmo de crescimento da atividade interna provoca a deterioração da balança comercial em função do aumento das importações (devido a alta elasticidade) e por outro lado pelo direcionamento da produção da indústria manufatureira ao mercado interno, que ainda provoca a perda de competitividade das exportações; iv) aumento da demanda mundial e dos preços internacionais das *commodities* impulsionados pelo “fator” China.

Todavia, argumentam que os indicadores de câmbio, comércio exterior, importações, exportações, restrição externa, reprimarização da pauta de exportações, entre outros analisados de modo aprofundado, não foram suficientes para afirmar que o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização, além disso, alguns dos estudos procuraram investigar a ocorrência deste fenômeno por meio da abordagem da “doença holandesa”, no entanto, mais uma vez os resultados não foram conclusivos.

Para finalizar este tópico, passaremos a analisar os teóricos que são contrários à tese da desindustrialização, e se utilizam da abordagem intra-setorial da indústria por nível de intensidade tecnológica. Para os autores, a perda de dinamismo do setor industrial ocorre desde a década de 1980, portanto, antes da abertura comercial e financeira. Para justificar a não existência de um processo de desindustrialização elencam os seguintes fatores: a queda da produtividade do trabalho; o desempenho do setor externo (aumento da participação de bens não manufaturados na pauta de exportação e o crescimento dos produtos manufaturados sobre o total importado); a manutenção ou mesmo crescimento da participação do emprego sobre o total do emprego e do PIB; a participação da indústria de transformação sobre o PIB se mantém em diversos em períodos analisados, todavia, é possível verificar sua queda, porém, esta trajetória pode ser resultante de mudanças nos preços relativos, sendo um “artefato estatístico”, decorrente de mudanças metodológicas realizadas nas contas nacionais; e por fim, não foi possível verificar um avanço no padrão de especialização produtiva e exportadora baseado em produtos intensivos em recursos naturais e trabalho.

Deste modo, pela abordagem realizada pelos autores desta linha de pesquisa, não seria possível afirmar que o Brasil estaria enfrentando um processo de desindustrialização, sendo que inclusive diversos indicadores utilizados como referência para os estudos demonstrariam um significativo dinamismo do setor industrial que estaria em desacordo com a referida tese, como por exemplo, o avanço do emprego e das ocupações no setor industrial, bem como o avanço da participação da indústria no PIB em determinado período de análise de uma das publicações (NASSIF, 2008).

Apesar das duas linhas se posicionarem de modo contrário à tese da existência da desindustrialização, demonstrando de modo exaustivo e objetivo suas argumentações, admitem possuir preocupações em relação à possibilidade de ocorrência futura de um processo de desindustrialização precoce no país, devidos aos impactos negativos que o desencadeamento deste processo traria para o Brasil. A exemplo do que advogam os teóricos da existência da tese da existência da desindustrialização, os adeptos das linhas de pensamento analisadas neste tópico também se colocam a favor da intervenção estatal na economia, por meio não

somente de políticas industriais, mas também de políticas macroeconômicas estruturais para eliminar o risco deste fenômeno que impactaria de modo direto o dinamismo da indústria de transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por finalidade analisar o debate teórico existente no Brasil acerca da tese da desindustrialização no período de 2002 a 2014, ou seja, consideramos publicações que tem como tema central de seu desenvolvimento a desindustrialização, através de tal objetivo encontramos 24 publicações tendo como referência o critério de maior relevância, estabelecido por meio de três critérios, assim, encontramos nove artigos de revistas acadêmicas, 10 estudos de institutos de pesquisa de reconhecido saber na área econômica (ligados ao setor público, setor empresarial, academia e sindicatos) e cinco trabalhos apresentados em encontros, seminários ou mesmo em jornais, que estão entre as principais referências quando se trata do estudo da desindustrialização no país.

Após a realização da seleção e da delimitação da abrangência do estudo, passamos a analisar de modo detalhado as publicações selecionadas, inicialmente em seus aspectos gerais. Em uma segunda etapa dividimos as publicações por posicionamento em relação à existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil. Das 24 publicações, 14 se mostraram favoráveis à tese de existência da desindustrialização no Brasil e as restantes (10) se colocaram de modo contrário a tal tese. Através da análise criteriosa dos trabalhos, notamos que existe um debate que pode ser considerado mais amplo, que se sobrepõe a dicotomia preconizada por diversos estudos, que propõe a simples divisão entre ortodoxos e heterodoxos, abordagem esta que coloca limitações ou que até mesmo resulta em erros do ponto de vista analítico. Visualizamos ainda que entre aqueles que se colocam contrários a tese da desindustrialização no Brasil, existe uma vertente, que pode ser considerada como uma “terceira vertente”, que mesmo sendo contrária à existência de um processo de desindustrialização observa com preocupação à possibilidade da ocorrência deste processo no país.

Os teóricos da primeira linha teórica analisada são unânimes em afirmar que o processo desindustrialização no Brasil é considerado como sendo precoce ou prematuro, pois, a perda de dinamismo do setor industrial ocorre antes do país ter alcançado os níveis mais avançados de maturidade da estrutura industrial, sem ter

explorado todas as potencialidades do desenvolvimento econômico advindas do processo de industrialização, ou mesmo sem ter atingido os níveis mais elevados de renda per capita, portanto, em condições diferenciadas em relação aos países desenvolvidos que atravessaram um processo natural e exitoso de desindustrialização. Para tanto, afirmam que tal processo deve ser observado com preocupação. A deflagração de tal processo resultaria na perda de dinamismo do setor industrial, resultando na redução da sua participação tanto no PIB quanto no emprego, este processo levaria a transferência de recursos e de mão de obra para os setores de menor produtividade, comprometendo o potencial de crescimento de longo prazo do país. O processo precoce de desindustrialização reduz a participação na economia do setor que é considerado por estes teóricos como sendo o mais dinâmico e com maior capacidade de agregação de valor e também que possui cadeias produtivas mais longas e de mais intensidade tecnológica.

Para os teóricos da segunda linha apresentado, que são defensores da não existência da desindustrialização no país, a redução da participação da indústria no PIB e também no emprego não seria um processo prejudicial à economia e estaria em consonância com a tendência verificada internacionalmente, e além disso, durante o século passado o Brasil teria se “sobreindustrializado”, logo, seria natural que nas últimas décadas se adaptasse ao padrão internacional. Assim, o avanço das exportações de produtos primários, acompanhado do crescimento da importação de bens manufaturados, provocaria déficit na balança comercial da indústria, porém, para os teóricos desta linha de pensamento, este cenário deveria ser relativizado e melhor compreendido. Para estes, o Brasil deveria se aproveitar dos ganhos oriundos do comércio internacional, explorar suas vantagens comparativas ricardianas, direcionando a economia para um padrão de especialização baseado em fatores produtivos abundantes, que no caso brasileiro seriam os produtos ligados a atividade primária (agrícolas e minerais).

Na terceira vertente estão os autores que se colocam de forma contrária à existência de um processo de desindustrialização, não necessariamente devido à seus posicionamentos teóricos, o que pode até ocorrer, mas sim devido à falta de evidências empíricas que lhes dêem sustentação e segurança para confirmar a existência de um processo de desindustrialização no Brasil. Para estes autores suas

pesquisas não foram suficientes para poder afirmar que o país atravessa um processo de desindustrialização, todavia, em sua maioria estes autores se mostraram preocupados (em diferentes níveis) em relação à possibilidade de tal fenômeno e os impactos que poderiam ter sobre a indústria e também sobre a economia nacional.

No que diz respeito à intervenção estatal na economia na direção de estimular a indústria, por meio de políticas setoriais ou mesmo através da política macroeconômica, existem dois campos distintos, com posições antagônicas. Para os teóricos defensores da existência da tese de desindustrialização no Brasil e também para os teóricos contrários à existência da tese da desindustrialização, ou seja, aqueles que não conseguiram mensurar o processo, mas vem com preocupação à possibilidade da deflagração de tal fenômeno, são favoráveis a adoção de políticas de intervenção estatal na economia para melhorar a competitividade da indústria de transformação e aumentar seu dinamismo na economia no que diz respeito ao PIB e ao emprego. Por outro lado, para os defensores da tese de não existência de um processo de desindustrialização em curso no Brasil, são contrários a qualquer tipo de intervenção estatal na economia, pois, estas medidas provocariam distorções e prejudicariam a economia.

Por fim, concluímos que o debate a respeito da existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil esta longe de ter um fim, existem diversas controvérsias em relação a posicionamentos, argumentos, indicadores, períodos analisados, causas, entre outros fatores. Apesar de o tema estar sendo tratado a alguns anos de forma exaustiva por estudiosos, as polêmicas não foram dirimidas, a cada dia surgem novos estudos sobre o tema, logo, não existindo um consenso teórico a respeito da tese.

Acreditamos que tenhamos alcançado o objetivo delineado inicialmente pelo presente estudo, não de criar um novo campo pesquisa, não postular novas formulações teóricas, mas sim de realizar uma revisão quantitativa e qualitativa das publicações mais relevantes existentes na literatura nacional que tratam da desindustrialização como tema central, debate que está sendo realizado há anos no país, utilizando para tal finalidade o método de pesquisa *survey*. Devemos destacar

ainda, que não tínhamos como pretensão estudar toda a literatura existente sobre a temática, pois, somos sabedores da existência de diversos estudos, artigos, apresentações, entre outros, que tratam do tema de forma central, e nem mesmo a ambição de responder ao questionamento se existe ou não um processo de desindustrialização em curso no Brasil, considerando que tal trabalho não comportaria tarefa de tamanha magnitude.

Por outro lado, devemos destacar que observamos com preocupação a situação econômica vivida pelo setor industrial brasileiro, atividade esta que tem perdendo dinamismo nas últimas décadas, sendo resultante de diversos aspectos internos e externos, fato este demonstrado por diversos indicadores apresentados e também pelos estudos analisados, os quais indicam a existência de um processo de desindustrialização em curso no Brasil. Conforme argumentam diversos teóricos, a indústria de transformação é um setor caracterizado por inúmeras especificidades, com impactos diretos positivos sobre o potencial de crescimento e desenvolvimento de médio e longo prazo de uma nação, deste modo, é necessário que este setor seja acompanhado de modo aproximado através de políticas setoriais e também macroeconômicas que o estimulem. Todavia, devemos também considerar que este importante setor de atividade econômica, em diversos momentos da história brasileira recebeu incentivos e estímulos públicos, no entanto, na maioria dos momentos, estes benefícios não foram repassados para os consumidores, por meio de preços mais acessíveis, ou nem mesmo para os trabalhadores através de mais contratações e/ou ainda melhores condições de trabalho.

No caso específico dos trabalhadores, a prática tem demonstrado, que diversos setores industriais favorecidos pelas políticas públicas, não tem apresentado a prática de distribuir com seus funcionários os ganhos obtidos, indicando que parte dos ganhos foram incorporados pelos empresários aumentando suas margens de lucros, logo, não contribuindo efetivamente para avanço da produtividade e da competitividade industrial. Além disso, nas negociações coletivas salariais realizadas recentemente entre trabalhadores e o setor patronal, a tese da desindustrialização tem sido evocada por diversas vezes pelos empresários para dificultar as negociações, inibindo as reivindicações realizadas pelos trabalhadores,

bem como desestimulando possíveis conquistas e avanços em termos de remuneração, benefícios e também condições de trabalho.

Assim, esperamos que objetivo do estudo tenha sido se concretizado: elaborar uma síntese teórica que servirá de referência para o estudo da desindustrialização no Brasil. Consequentemente, concluímos que o presente estudo poderá servir como um importante manual de referência para aqueles estudam ou que pretendem estudar a desindustrialização no Brasil. Logo, resultando em um material que sintetiza de forma organizada as publicações dos principais teóricos nacionais, para tanto, classificando-os em grupos conforme a utilização de diversos quesitos conceituais, abordando suas explanações, argumentações e ponderações de forma clara, objetiva e didática, sem perder, no entanto, em nenhum momento a essência das principais teses defendidas pelos autores analisados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **O complicado debate sobre desindustrialização**. Radar. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura. n.21, Brasília, Agosto de 2012. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/120913_radar21_cap5. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho** in CALIXTRE, A.B; BIANCARELLI, A.M; CINTRA, M.A.M. Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro, Brasília, IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_presente_futuro_desenvolvimento>. Acesso em 05 de outubro de 2014.

BONELLI, R. **Industrialização e desenvolvimento (notas e conjecturas em foco na experiência do Brasil)**. Texto preparado para a Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI, 28 de agosto de 2005. Disponível em: < http://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2014.

_____ ; PESSÔA, S.A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. FGV, texto para discussão n. 7, mar./2010. Disponível em: < <http://goo.gl/R9A11B>>. Acesso em: 28 de maio de 2014.

BONELLI, R; MATOS, S; PESSÔA, S.A; **Desindustrialização: novas evidências, velhas dúvidas**. Seminário do IEPE / Casa das garças, 13 de abril de 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/xlCs3W>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach**. Brazilian Journal of Political Economy, vol. 28, nº 1 (109), pp. 47-71, january-march, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a03v28n1.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Revista economia e sociedade, Campinas, vol. 21, número especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a>>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

CUNHA, A.M.; LELIS, M.T.C.; FLIGENSPAN, F.B. **Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 33, nº 3 (132), p. 463-485, julho-setembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS). Nota Técnica. **Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil**. Número 100 – junho de 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec100Desindustrializacao.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

FEIJÓ, C.A; CARVALHO, P.G; ALMEIDA, J.S.G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo, IEDI, mimeo, 2005. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

_____. **Desindustrialização e os Dilemas do Crescimento Econômico Recente**. São Paulo, IEDI, mimeo, 2007. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=42&catid=6&lang=pt>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

FIESP. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 3ª edição, São Paulo, 07 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=141574>>. Acesso em: 30 de novembro de 2014.

IBGE. **Pesquisa Mensal da Industrial**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

_____. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

MARCONI, N.; BARBI, F. **Taxa de Câmbio e Composição Setorial da Produção: Sintomas de Desindustrialização da Economia Brasileira**. Texto para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP), 255, set./2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7677/TD%20255%20-%20Nelson%20Marconi?sequence=1>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

_____.; ROCHA, M. (2012). **Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21. Número Especial; p. 853-888, dez, 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3236&tp=a>>. Acesso em: 25 setembro de 2014.

MARQUETTI, A. **Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998**. Estudos Econômicos, vol.32, n.1, 2002.

MEYER, T.R.; PAULA, L.F; **Taxa de câmbio, exportações e balança comercial no Brasil: uma análise do período 1999-2006**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 27, nº 51, p.187-219, março de 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomico/article/download/9708/5888>>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

MORCEIRO, P.C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011 – abordagens e indicadores**. São Paulo, Editora Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Desindustrializacao_na_economia_brasileira-WEB_v3.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

MTE. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2014.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol.28, nº1, (109), pp.72-96, janeiro a março de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

OREIRO, J.L. FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, vol.30, nº 2, (118), pp. 219-232, abril-junho/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

_____. MARCONI, N. **Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira**. VII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/b88d53c8ef5a5d80cf6be747a6e11521c1007dc7.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

PALMA, G. **Quatros fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. Trabalho a ser apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI, 28 de agosto de 2005. Disponível em: <http://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatros20fontes20_2_.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

PUGA, F.P. **Aumento das Importações não Gerou Desindustrialização**. Visão do Desenvolvimento (BNDES), Rio de Janeiro-RJ, p. 97-106, 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_26.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R. **Growth, trade and deindustrialization**. IMF Staff Papers, vol.46, n 1, março de 1999. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2014.

SCHWARTSMAN, A. **Uma tese com substâncias**. Folha de São Paulo, 19 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200909.htm>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

SECEX/MDIC. **Estatística de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

SOARES, C; MUTTER, A; OREIRO, J, L; MAGALHÃES, R. **Uma análise empírica dos determinantes do processo de desindustrialização da economia brasileira no período 1996-2008**. Encontro Nacional Anpec 2011. Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-296b865ce41eb69c4b47513547a9bbd8.doc>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014

SONAGLIO, C.M; ZAMBERLAN, C.O; LIMA, J.E.;CAMPOS, A.C. **Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel**. Economia Aplicada, v.14, nº4, 2010, pp. 347-372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000400005&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. Texto para discussão 1747, Brasília, junho de 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1125/1/TD_1747.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. Cambridge Journal of Economics, Vol. 33, 2009.